

Nicolle Pinho Mendonça Mascitelli

**Cognição e Modernidade:
Uma Proposta de (Re) Leitura da Psicologia de Wundt**

Mestrado em Psicologia

Orientadora: Marcia Oliveira Moraes

Niterói, 2012.

Nicolle Pinho Mendonça Mascitelli

Cognição e Modernidade:

Uma Proposta de (Re) Leitura da Psicologia de Wundt

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Marcia Oliveira Moraes

Niterói, 2012.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M395 Mascitelli, Nicolle Pinho Mendonça.

Cognição e modernidade: uma proposta de (re) leitura da psicologia de Wundt / Nicolle Pinho Mendonça Mascitelli. – 2012.

84 f.

Orientador: Marcia Oliveira Moraes.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2012.

Bibliografia: f. 81-84.

1. Psicologia. 2. Cognição. 3. Psicologia; aspecto histórico. 4. Subjetividade.
I. Moraes, Marcia Oliveira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD 150.9

Nicolle Pinho Mendonça Mascitelli

Cognição e Modernidade:

Uma Proposta de (Re) Leitura da Psicologia de Wundt

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em

Professora Pós-Doutora Marcia Oliveira Moraes – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Roberto de Oliveira Preu
Universidade Federal Fluminense

Professor Doutor Christian Sade Vasconcelos
Universidade Salgado de Oliveira

(...) Em uma velha piada da antiga República Democrática Alemã, um trabalhador alemão consegue um emprego na Sibéria; sabendo que todas as suas correspondências serão lidas pelos censores, ele diz para os amigos: “Vamos combinar um código: se vocês receberem uma carta minha escrita com tinta azul, ela é verdadeira; se a tinta for vermelha, é falsa”. Depois de um mês, os amigos receberam a primeira carta, escrita em azul: “Tudo é uma maravilha por aqui: os estoques estão cheios, a comida é abundante, os apartamentos são amplos e aquecidos, os cinemas exibem filmes ocidentais, há mulheres lindas prontas para um romance – a única coisa que não temos é tinta vermelha.” E essa situação, não é a mesma que vivemos até hoje? Temos toda a liberdade que desejamos – a única coisa que falta é a “tinta vermelha”: nós nos “sentimos livres” porque somos desprovidos da linguagem para articular nossa falta de liberdade. O que a falta de tinta vermelha significa é que, hoje, todos os principais termos que usamos para designar o conflito atual – “guerra ao terror”, “democracia e liberdade”, “direitos humanos” etc. etc. – são termos falsos que mistificam nossa percepção da situação em vez de permitir que pensemos nela. Você, que está aqui presente, está dando a todos nós tinta vermelha.

Slavoj Žižek (2011, em discurso proferido durante a ocupação de Wall Street)

À Marcia Moraes, minha orientadora, por toda a tinta vermelha.

Agradecimentos

Conciliar o mestrado e vida para mim se apresentou como constante desafio, e por muitas vezes este desafio foi experimentado como impossibilidade. O gerador de improbabilidade infinita da vida me trouxe até aqui e é assustador considerar quantidade de eventos aleatórios e sem significado intrínseco algum que possibilitaram este momento. Os encontros ocorrem na vida ao acaso, mas os laços ganham força pela convivência, pelas dificuldades, pelos risos e choros que se esparramam pela nossa história. Que cada agradecimento nominal a registre e que possíveis omissões possam ser perdoadas.

Agradeço a Nahuel Serrallach, sem o qual teria sido impossível continuar, obrigada por absolutamente tudo.

À Jocélia Pinho (minha mãe), de quem herdei a inteligência e a habilidade de fazer da teimosia uma virtude e que a cada dia prova o quanto ama suas filhas: obrigada por cuidar de tudo! (de mim inclusive). Agradeço também a Leopoldo Alves (meu padrasto), que desde muito tempo me incentivou a lutar por uma vida mais digna através do estudo.

À Nathalia Mascitelli (minha miniatura melhorada) e Íris Alves (pequena pensadora), minha irmãs mais novas, por tornarem a minha vida mais alegre e a Giuliano Mascitelli (meu irmão paulista e botafoguense!), de quem sinto muita saudade.

Agradeço à minha família, para a qual sempre beirei o incompreensível, mas que por amor me acolhem a cada retorno: Nicélio Paschoal Mendonça (meu avô), Joana D'Arc Pinho Mendonça (minha avó), Rosane Pinho Mendonça (minha tia e madrinha), Viviane Pinho Moura (minha tia e mãe do David Lucas) e Danilson Moura (meu tio e pai do David Lucas).

À Jimena Harguindeguy, a irmã que eu escolhi, que mesmo estando muito distante (Buenos Aires) me deu suporte para continuar lutando. Essa dissertação também foi uma vitória dela.

Nenhum agradecimento no mundo pode expressar o que Oditon Azevedo significa para mim e para esta dissertação. A cada vez que eu pensei em desistir, recebi uma ligação e uma grande injeção de ânimo. Ainda assim, tentarei fazer o agradecimento: obrigada Tom, por ter entrado na minha vida.

Aos habitantes e agregados da “República”, minha segunda família: Wagner Sousa (encontro feliz e potente, grande cúmplice), Gabriela Saraiva (capixaba e amiga querida!), Helder Rastoldo (nerd-hipster genial), Rodrigo Miranda (lembra da sala de estagiários?), Aline Menezes (a pessoa mais nerd que eu conheço), Thaise Athayde (conterrânea, amiga e por vezes, minha psicóloga), Elisa Moraes (amiga e companheira de angústias mil), Brunno Oliveira (amigo que consegue a façanha de ser mais “professor” que eu), Mateus Braune (grande mente, pessoa que me botava pra pensar mesmo sem querer) e Caio Gregory (multi-instrumentista talentoso, péssimo cozinheiro e excelente amigo). Este agradecimento está escrito em meio a muitas saudades de todos os integrantes fantásticos desta sitcom ainda por escrever.

Aos amigos Rodrigo de Luca, Cristiano Rodrigues e Carlos Henrique (vulgo Ceagá). Sem vocês minhas quintas-feiras não teriam graça!

Agradeço a Rogério Martins dentre outras coisas, por ter me dado o imenso privilégio de ser sua amiga; à Tainá Oliveira, por dentre muitas outras coisas, ter me dito as coisas certas após a qualificação e à Veridiana Chiari por todos os deslocamentos provocados ao longo destes anos (e óbvio pela amizade) e Régis Vinicius, de quem sinto imensa saudade. Preciso muito abraçar vocês quatro hein!

À Sharla Werner, porque a distância não é capaz de findar uma amizade.

Aos meus colegas de trabalho do Outback, em especial Rosinha, Leo, Luciane, Vitor e Larissa, que dividiram comigo as angústias de estar entre ser uma “estudante que trabalha” ou uma “trabalhadora que estuda”.

À professora Marcia Moraes, “überorientadora”, que me acompanha desde os primeiros períodos da graduação e foi provavelmente a maior responsável por todas as coisas boas que me aconteceram no mestrado até o momento da defesa. Nenhum agradecimento jamais será suficiente.

Ao professor Roberto Preu, grande amigo e mestre, certamente um dos encontros mais potentes que a UFF pôde me proporcionar.

Ao professor João Resende, o qual não sei quantificar se o descreveria mais como amigo ou mestre, a quem atribuo a culpa ou mérito pela minha paixão pela filosofia.

Ao professor Christian Sade por ter aceitado carinhosamente o convite para participar da banca.

Ao professor Saulo Araújo pela participação fundamental na banca de qualificação.

Aos professores do Mestrado em Psicologia da UFF, por tornarem tanta coisa possível e fazerem deste espaço um lugar singular.

Aos professores do Curso de Psicologia da UFF (os de dentro e os de fora do departamento) por fazerem da UFF uma ilha de resistência, ética e criação em meio a tantas forças que impelem a psicologia à práticas fascistas.

Ao Coral Fala do Sol e seu queridíssimo Regente Roberto Fabri, que por 5 anos foi meu alento em todas as vezes em que me cansava da vida. Obrigada por me darem aquele sopro de sanidade mental necessária para prosseguir.

À Roda de Supervisão do Estágio Trans, para quem fui Tyson e Dolly. A este estágio devo muito mais do que consigo dizer.

Agradeço a Vinícius Assumpção, Ronisson Fernandes, Carolina Domingues, Lorena Guerini, e Fernando Ribeiro, grandes amigos e também grandes mentes capazes de colocarem a minha para funcionar.

Aos meus amigos do mestrado, em especial: Geraldo Arte, Diana Malito, Sofia Godois, Maria Clara Fernandes, Fernando Albuquerque, Jerônimo Menezes, Fernanda Ratto, Ana Paula Coutinho, Alice Paiva, Cristiane Fraga, Aline Garcia, Roberta Furtado, Joseane Tavares, Fernando Albuquerque, Débora Franco e demais colegas: sintam-se todos abraçados.

Aos Meus alunos, que forjaram minha trajetória até aqui, que me deslocaram, me questionaram, me motivaram e até mesmo me irritaram. O que seria de mim sem vocês?

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

RESUMO

Considerando a dispersão teórica da psicologia com relação a seus fundamentos mais básicos, faz-se necessário retomar a discussão acerca dos fundamentos e assim sendo, a psicologia de Wilhelm Wundt se apresenta como alternativa à psicologia fisicalista aliada às neurociências atuais. Assim, esta pesquisa toma como objeto o sistema psicológico de Wilhelm Wundt a partir da obra *Outlines of Psychology* e toma como campo problemático a pertinência de seus conceitos à psicologia atual. Para tal, foram utilizados, além de Wundt, alguns autores clássicos da história da psicologia e da filosofia. O primeiro capítulo consiste em uma discussão acerca dos fazeres possíveis da história e da pertinência e impertinência de uma pesquisa em epistemologia e história da psicologia, bem como a proposição da história como palimpsesto e uma análise da psicologia como saber moderno e dos problemas que envolvem sua constituição e autonomia. O segundo capítulo consiste em um exame mais detalhado dos principais conceitos do sistema wundtiano, a saber, síntese criadora, processos volitivos, experiência imediata e processualidade da mente e busca contemplar a noção de vontade e criação no contexto do estudo da cognição. O terceiro capítulo, por sua vez, propõe abordar a atualidade do sistema wundtiano a partir dos conceitos apresentados no segundo capítulo. Por fim, esta dissertação de mestrado se apresenta mais como um convite, uma abordagem inicial de uma problemática muito maior.

Palavras-Chave: Wilhelm Wundt, Cognição, Subjetividade, História da Psicologia.

ABSTRACT

Considering the theoretical dispersion of psychology in relation to their most basic foundations, it is necessary to return to the discussion of his bases and thus, the psychology of Wilhelm Wundt is an alternative to the physicalist psychology combined with current neuroscience. Thus, this research takes as its object the psychological system of Wilhelm Wundt from the work *Outlines of Psychology* as a field problem and takes the relevance of his concepts to current psychology. To this end, we used Wundt and some classical authors in the history of psychology and philosophy. The first chapter consists of a discussion about the possible makings of the history and relevance and impertinence of a research in epistemology and history of psychology as well as the proposition of a palimpsest of history and an analysis of psychology as a modern knowledge and the problems involved in its constitution and autonomy. The second chapter consists of a more detailed examination of the main concepts of the Wundt's system, namely, creative synthesis, volitional processes, immediate experience and processuality of mind and seeks to contemplate the notion of will and creation in the context of the study of cognition. The third chapter, in turn, proposes to approach the Wundt's system to the present reality from the concepts presented in the second chapter. Finally, this dissertation presents itself more as an invitation, an initial approach to a much greater problem.

Keywords: Wilhelm Wundt, Cognition, Subjectivity, History of Psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
A Questão da Autoria ou Da angústia da Influência	13
O Que Este Trabalho Não É	17
Caminhos e Percalços.....	19
1 DA PERSPECTIVA HISTÓRICA	24
1.1 Por Que História?.....	24
1.2 O Fazer da História da Psicologia.....	28
1.3 O Projeto da Modernidade	32
1.4 O Iluminismo e o Positivismo: Os Dois Vetos à Psicologia Racional	38
2 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS DO SISTEMA PSICOLÓGICO DE WILHELM WUNDT	44
2.1 O Conceito de Experiência no Contexto do Problema Mente-Corpo	44
2.2 Wundt e o Método Científico	49
2.3 Processos Volitivos	54
2.4 A Síntese Criadora.....	63
3 A ATUALIDADE DE WUNDT	66
3.1 Experiência Subjetiva e Problema Mente-Corpo.....	66
3.2 Processos Volitivos e a Síntese Criadora na Organização da Vida Mental.....	70

CONCLUSÃO	75
Ocupar a Psicologia.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

A Questão da Autoria ou Da angústia da Influência¹

Um texto emerge de uma polifonia de outros textos. Estes textos podem ser acontecimentos, poemas, lendas, religiões, ideologias, literatura ou mesmo, textos acadêmicos.

Não há portanto, uma autoria absoluta, uma vez que estamos imersos em todas essas influências. O autor é fruto de influências explícitas, implícitas e até mesmo, influências desconhecidas. Algumas influências são claras e devidamente citadas, outras são tão sutis que escapam à percepção do autor, mas lá estão.

Este trabalho é sobre história, mas também sobre psicologia, sobre o fazer psicologia, que como é esperado, possui muito mais perguntas do que respostas e essa é a história do problema de pesquisa aqui apresentado.

Este trabalho não nasceu de uma relação estrita com os livros, de uma relação que se deu em uma biblioteca. Antes de me apropriar dos conceitos, os embriões das questões aqui apresentadas foram concebidos em grupos de estudo, em reuniões de orientação de monitoria, nas pausas para café no Gragoatá, mas também em grande parte, emergiram das inquietações dos alunos de primeiro período de psicologia, na disciplina Epistemologia e História da Psicologia, da qual fui monitora por 4 vezes.

Estes alunos de primeiro período, que me atribuíam a posição de saber, atuaram como verdadeiros coorientadores do meu percurso de pesquisa. Seus questionamentos foram protagonistas em minhas escolhas teóricas, e assim, entre as salas de aula, estudos dirigidos, orientações e cafés, inúmeras questões surgiram e se proliferaram.

¹ Referência ao título de uma conferência de Umberto Eco. Ver em: *ECO, Umberto. Borges e a minha angústia da influência* In: Ensaio Sobre a Literatura. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Minha aproximação com a psicologia de Wundt começou quando tomei a iniciativa de traduzir para o português a versão em língua inglesa da introdução do livro *Outlines of Psychology*². Esta tradução foi motivada à época da escrita da monografia de conclusão de curso e também pelo fato de que até então não dispúnhamos em português de nenhum texto em que o próprio Wundt apresentasse seu sistema psicológico.

Trabalhar com este texto junto à Marcia Moraes na monitoria de Epistemologia e História da Psicologia abriu um campo até então desconhecido para mim e para aqueles alunos. Estudei com eles um texto inédito para ambos. A sala de aula foi certamente o grande diferencial em tudo o que pôde ser construído antes que pudesse chegar até aqui, mas esta prática também se constituiu como uma das maiores dificuldades.

Porque estudar história da psicologia, discutir a epistemologia da psicologia ganhava sentido à medida que as questões podiam ser atualizadas junto aos alunos. No mestrado, exceto quando realizei o estágio docência, não havia mais este dispositivo à mão e desta forma, o campo problemático se esvaziou do essencial, pois eram estes tantos porquês que davam vida ao que estava sendo construído em termos de problema de pesquisa.

No início do mestrado, tantos porquês se uniram em apenas um porquê: por que estudar Wundt?³ Não era uma pergunta descabida, afinal, meus colegas de mestrado estavam às voltas com problemas de pesquisa cuja justificativa parecia evidente por se voltarem a questões mais ricas em concretude, e principalmente, mais passíveis de interlocução.

Obviamente, meu trabalho assim como os demais, foi recebido com a devida atenção e carinho por parte dos professores e colegas de turma, mas grande parte do percurso da pesquisa foi uma experiência solitária.

² WUNDT, W. **Outlines of Psychology (2nd rev. ed.)**. Leipzig: Wilhelm Engelmann. 1897.

³ Com isto não quero dizer que era inquirida por meus colegas ou professores, mas sim que eu mesma me colocava na posição de justificar esta escolha.

Esta solidão partiu especialmente de duas frentes: pelo fato de poucas pessoas estarem envolvidas em trabalhos semelhantes e em parte pelo meu constrangimento pessoal de apresentar este trabalho, talvez por não estar suficientemente convicta de sua justificação.

Para quê serve um trabalho de mestrado? Será que todo trabalho acadêmico na área de ciências humanas estará atrelado a uma justificação utilitarista para que se considere lícito que exista? Uma das maiores armadilhas que um trabalho pode apresentar é perder-se neste tipo de justificação, agrilhoando o próprio trabalho a uma lógica pautada pela dicotomia senhor-escravo, na qual um trabalho precisa prestar contas a um suposto senhor que julgue o trabalho como útil ou inútil. Suspender esta espécie de juízo custou bastante tempo.

Para voltar à escrita precisei experimentá-la a partir de sua solidão e ao mesmo tempo de sua polifonia de influências. Este trabalho não é meu, embora em algumas partes esteja escrito em primeira pessoa do singular.

Esta escolha é uma opção estética (ou talvez estilística) que visa trazer o leitor para o processo da escrita e tentar sanar a grande deficiência por mim experimentada enquanto pesquisadora, que é a falta de interlocução. Escolher a primeira pessoa do singular significou colocar o leitor no lugar onde estavam os “meus alunos⁴”, os quais são, como já dito anteriormente, meus coorientadores de pesquisa. Desta forma abro uma via que talvez possibilite que leitores presentes e futuros entendam o que aqui está escrito como um trabalho em processo, que se estabelece a partir deste diálogo e que não se encerra na Dissertação.

E também se trata de uma escolha política. A utilização da primeira pessoa no singular tem por propósito desfazer-se de certa política de escrita, muito apregoada na academia, que ao recomendar a utilização da terceira pessoa (plural ou singular) defende uma suposta objetividade, um distanciamento do campo e ao

⁴ “Meus alunos” foi escrito entre aspas porque por mais que muitas vezes os sentisse “meus alunos” (e por favor, que não se entenda isto de maneira hierárquica), um monitor não é exatamente um professor, mas algumas vezes se desenvolve uma relação semelhante entre monitores e alunos da disciplina.

invés de trazer um sentido coletivo para o texto, acaba por soar como negação ao lugar de agência do pesquisador⁵.

Seria absolutamente incoerente negar minha agência neste trabalho por sua própria temática, uma vez que propus um trabalho a partir de um autor que explorava a subjetividade do pesquisador, acreditava que a experiência subjetiva daquele que faz ciência é objeto da psicologia. Minha agência faz parte deste trabalho e não poderia ser diferente dada sua natureza.

Posto que esta dissertação não se dá por mim, mas através de mim, abro mão da ideia de autoria sem abrir mão da agência⁶. Proponho a ocupação⁷ da psicologia de Wundt em face de certos discursos que a esvaziam, relegando-a ao plano da história como artefato⁸.

⁵ É importante deixar claro que quando digo “prescrito” não quero dizer “prescrito por este programa de pós-graduação”. Quis apenas dizer prescrito por certa noção de ciência e produção científica.

⁶ Com isto quero ressaltar a importância de abrir mão da ideia usual de autoria que supõe ao mesmo tempo uma “genialidade” e ao mesmo tempo um isolamento, como se um texto só tivesse o direito de existir com a condição de ser absolutamente inédito, porém sem abrir mão do fato de que um pesquisador é agente de seu texto, agente em seu campo problemático, em resumo, o pesquisador é um sujeito ativo de seu campo e não meramente um produto de seu tempo.

⁷ Neste momento escrevo tomada pelo contexto do movimento Occupy Movement (sendo a primeira e mais famosa, a ocupação de Wall Street que surgiu inspirada na Primavera Árabe). O Movimento Ocupar (nome traduzido) iniciou-se como uma reação à crise internacional e toma como pauta tornar a estrutura econômica e as relações de poder mais justas. Pessoalmente entendo o movimento como um chamado a uma reocupação dos espaços públicos, bem como uma reocupação da própria política. Uma proposição de política baseada em autogestão e não o modelo de democracia representativa liberal burguesa, cerne do esvaziamento da política que experimentamos atualmente. De forma semelhante convoco a reocupação da história da psicologia pelos psicólogos, ao invés de aplicarmos o mesmo modelo representativo, no qual certos autores podem prescrever uma história.

⁸ Ao escrever este trecho me dei conta de que o esquecimento é uma das formas mais antigas de opressão. Poderia citar diversos exemplos neste sentido como a destruição de monumentos históricos, catequização de povos nativos, ocultação e destruição dos arquivos da ditadura militar brasileira ou mesmo de outros regimes ditatoriais, ocultação de crimes de guerra, desaparecidos políticos, etc. são apenas alguns exemplos de como pode funcionar a opressão por meio da mutilação da memória coletiva de um povo. Não que haja aqui uma tentativa de aproximação a estes exemplos, mas creio que independente de especialismos ou campos de atuação, nós psicólogos podemos ocupar e nos apropriar da nossa memória coletiva.

Há aqui muitas vozes, uma legião. A verdade é que jamais estive sozinha, embora estivesse surda demais para ouvir o campo problemático que todo tempo esteve gritando e se agitando sobre meus ouvidos.

A psicologia não é um artefato, a história da psicologia é agora. Pode ouvi-la gritar?

O Que Este Trabalho Não É

O tema geral deste trabalho é a história da psicologia e toma como objeto de estudo parte do sistema psicológico de Wilhelm Wundt, entendido como arcabouço teórico para discutir a cognição num referencial que não se confunde com qualquer lógica determinista, calcada na dicotomia normal-patológico.

Mas antes de dizer exatamente o que é, ou ao que se propõe este trabalho, escolho explicar o que o mesmo não é, talvez para assim deixar claro ao máximo os caminhos que não percorri e que escolhas faço ao não percorrê-los.

Este texto não se propõe prescrever a História verdadeira acerca da psicologia de Wundt, se por verdadeira entende-se uma história unívoca e impassível de ser revista. Se por algum motivo me impusesse tal tarefa, teria que necessariamente acreditar que o pensamento fosse também um dado unívoco. Não parto pois, deste pressuposto.

Não há aqui também, mínima intenção de pacificar as questões, até mesmo porque, aqui disserto acerca de teses que já foram apaziguadas em estudos anteriores como, por exemplo, nos estudos de Heidbreder (1981) e Boring (1950). Há aqui, ao contrário, uma tentativa de equivociar o que hoje faz parte de certo senso comum acadêmico.

Por senso comum acadêmico⁹ entendo as teses que constituem os “chavões” de um dado saber. No caso da psicologia, incluímos neste senso comum acadêmico os trabalhos que compreendem a psicologia wundtiana enquanto tentativa de adequação ao modelo positivista de experiência (HEIDBREder, 1981), ou, as que a identificam com o associacionismo de Stuart Mill (BORING, 1950). Incluímos igualmente enquanto senso comum acadêmico a crença de que a psicologia de Wundt é ingênua e tem apenas valor enquanto curiosidade histórica.

Contudo, a intenção de ir além deste senso comum acadêmico não significa que este trabalho possa ser considerado propriamente inédito ou original, ao menos no sentido mais comum que se entende a partir destas palavras.

E se porventura se buscasse aqui uma utilidade em sua acepção mais ordinária, também não seria possível. Não há neste trabalho mínima pretensão de utilizar o que aqui está para instrumentar ou legitimar o que comumente se chama de “prática” em psicologia.

Em resumo de tudo que não proponho, não intento apresentar solução, se esta em algum sentido serve para ser capturada por uma lógica fabril de produção do conhecimento.

Mas por outro lado, não gostaria de ser interpretada como mera provocadora. Não que seja de todo desagradável desempenhar esta função, mas porque se pesquiso ou escrevo é porque desejo sim intervir, produzir possibilidades e, ao combater certos usos do que tenho construído, gostaria de ir contra sentidos que aprisionem minha análise em nomenclaturas, escolas de pensamento e especialismos.

Então proponho aqui uma forma de análise na qual utilizo os autores que me levaram a esta discussão ao mesmo tempo em que me coloco atenta para não repeti-los. Com isto quero dizer que me coloco mais comprometida com a potência

⁹ A noção de senso comum acadêmico surgiu da observação de que no contexto acadêmico, apesar do fato de que a academia é um espaço que se opõe ao senso comum, produz-se certo sentido de senso comum, que seriam chavões que muitas vezes podem ser repetidos sem a devida reflexão. Poderia também chamar de clichê acadêmico que manteria exatamente o mesmo sentido.

do que pode ser pensado do que em reproduzir o que já foi dito em algum lugar, por mais que estes dois aspectos se cruzem constantemente.

Dito isto, convoco meus leitores que estejam atentos a estas objeções, que estejam sensíveis a esta escolha e de alguma forma, se conectem a este convite, para que, se estas apostas não forem de fato viáveis, que sejam ao menos pertinentes.

Caminhos e Percalços

Escrever um trabalho que possa ser considerado relevante em história da psicologia é uma tarefa difícil. Isto porque as teorias parecem cristalizadas e passam a impressão de que quaisquer respostas que possam ser buscadas, ou inúmeros questionamentos que possam ser feitos, já estão de alguma forma em algum material produzido antes e o que devemos fazer se resume a aderir ou não a uma outra tese.

Mas e se não puder ser assim? O que acontece quando um pesquisador se sente compelido a equivococar estas teses? Parto do pressuposto de que uma pesquisa em história da psicologia só tem sentido se for para ir além do senso comum acadêmico. A proposta deste trabalho é ambiciosa, e talvez por isso com notáveis impasses.

Uma vez que em princípio não se pode responder, sem incorrer em graves omissões, qual o objeto, método, ou mesmo, o lugar da psicologia dentre as ciências e também não conseguimos precisar, sem estabelecer um ponto convencional, qual início da psicologia; de que forma poderia prosseguir?

Um bom ponto de partida para começar a dar conta destas questões é iniciar pelo avesso da história oficial¹⁰. Desta forma, as questões fundamentais se

¹⁰ Por história oficial entendo a “história dos vencedores”, que é a história que se dá em função da hegemonia de um discurso em detrimento de outros. Isto não quer dizer que a história dita oficial se

transfiguram para “como algo se constitui objeto para uma ciência?”, “que acontecimentos engendraram o método de uma ciência?” e ainda, “o que queremos dizer quando perguntamos o lugar de uma ciência entre as ciências, ou, o lugar de um saber dentre os saberes?”.

Wundt é comumente apontado como o início da psicologia científica pela fundação do laboratório de Leipzig. Em princípio, poderíamos dizer que a “grande novidade” do trabalho de Wundt estava no fato de empregar o método experimental na psicologia¹¹. Neste sentido, sua psicologia constitui-se como objeto singular, pois ao mesmo tempo em que ele é comumente apontado como marco zero da psicologia científica, boa parte da psicologia alemã e da psicologia americana que o sucedeu, desenvolveu-se em defesa ou em oposição a seu trabalho.

Discípulos e opositores de Wundt ocuparam posições nas universidades mais importantes do mundo. Alguns trabalhos em história da psicologia como os de Rieber (1980) e Danziger (1980a, 1980b), trouxeram Wundt novamente à cena e produziram novas leituras acerca do início da psicologia. Estes autores serviram de importante referência para a produção deste trabalho, uma vez que tem em comum o resgate da importância da subjetividade na constituição da psicologia do início do século XX.

Tendo em vista este cenário, escolher Wilhelm Wundt como objeto de estudo não foi sem consequências, já que produzir um trabalho relevante torna-se ainda mais difícil quando não temos acesso às fontes em sua língua original, e desta forma faz-se necessário confiar em traduções. Para tentar minimizar este problema,

ocupe apenas de “vencedores” em sentido estrito, mas sim, que a história oficial é a história contada a partir do ponto de vista de uma classe dominante.

¹¹ Seria correto dizer, a partir do trabalho de Vidal (2006) que já havia uma psicologia empírica, que eu ousaria chamar de “ensaio” de psicologia experimental ainda no século XVIII, em que Vidal data uma reinvenção da psicologia. Por mais que a partir deste trabalho encontremos diversas semelhanças entre esta psicologia e a psicologia wundtiana, não se pode desconsiderar a filiação da psicologia experimental do final do século XIX à crise de fundamentos das ciências da natureza, cujo início data da segunda metade do século XIX. Desta forma podemos ao mesmo tempo localizar aspectos de continuidade e ruptura entre ambas. Este trabalho não propõe analisar a psicologia de Wundt tomando em consideração o trabalho de Fernando Vidal, portanto, aqui privilegio os aspectos de ruptura.

sempre que possível recorreremos à mais do que uma tradução de uma mesma obra, a fim de verificar possíveis inconsistências.

O uso de comentadores não pôde ser evitado, porém cuidamos para que este uso fosse cauteloso, tendo em vista as múltiplas discordâncias de pontos de vista acerca de um mesmo assunto. Desta forma, preferiu-se, também sempre que possível, acessar os autores de forma direta.

Empenhamo-nos em um honesto esforço no sentido de trabalhar com o máximo de fidelidade possível aos autores, mas utilizar traduções implica escolhas mais ou menos pessoais, que em favor da transparência do trabalho, estão aqui assumidas.

Considerando todas as dificuldades, tivemos ao nosso favor o fato de que esta pesquisa não foi iniciada no mestrado, mas ainda na graduação, durante o processo de escrita da monografia de conclusão de curso, que tomou como questão o problema mente e corpo nos projetos de Wilhelm Wundt e William James.

Avançamos em alguns pontos obscuros deste momento inicial do saber psicológico, numa perspectiva de comparações, aproximações rupturas. Neste trabalho anterior (MASCITELLI, 2009), esta concepção da psicologia se mostrou muito diferente do que parecia em princípio – em tempos de análises superficiais oferecidas por manuais de psicologia nos primeiros períodos do curso de psicologia – e o que me parecia uma psicologia ingênua, positivista e reducionista, ganhou novos sentidos.

Ganhou novos sentidos a partir do entendimento de que a história não tem uma finalidade, nem uma intenção, não evolui para lugar algum. Encontramos evolução na história, bem como sua finalidade e intenção apenas em função de nossas próprias convicções.

Estudando a psicologia do início do século XX, pude ir além do prescrito da história oficial, e assim, surgiu o desejo de apresentar outro Wilhelm Wundt, contar outra história desta psicologia, compartilhar através desta dissertação, os sentidos que esta me apresenta atualmente.

É importante deixar claro, no entanto, que não se trata aqui de um resgate ou apologia do sistema wundtiano. O que está em jogo aqui são os problemas fundamentais da psicologia e que comparecem em Wundt e também na psicologia atual¹².

Aqui claramente recusamos certa corrente de pensamento tradicional, segundo a qual a história é linear e evolutiva,¹³ e assim sendo, não tratamos aqui a psicologia de Wundt como um passado superado, mas sim como uma estratégia, dentre outras possíveis, de entendimento e investigação dos fenômenos ditos psicológicos.

Dito isto, este trabalho tem por propósito analisar e debater a psicologia wundtiana a partir de sua atualidade e não como “artefato histórico”.

O primeiro capítulo consiste em uma exposição da perspectiva histórica tomada neste trabalho. Neste, proponho a história como palimpsesto e uma discussão acerca da psicologia enquanto saber moderno e os problemas envolvidos em sua constituição e autonomia.

O segundo capítulo consiste em uma discussão acerca da síntese criadora e dos processos volitivos. O foco principal deste capítulo é discutir a noção de vontade e criação no contexto do estudo da cognição.

¹² Precisamente me refiro aos fundamentos mais básicos da psicologia, tais como a ideia de consciência, os aspectos volitivos dos processos cognitivos, a síntese criadora e a definição de um objeto para a psicologia.

¹³ Na psicologia temos como exemplo de defensor da ideia de linearidade e não dispersão o psicanalista Daniel Lagache (1949) em sua obra “A Unidade da Psicologia”. Entretanto, de maneira mais geral, gostaria de lembrar a forte influência que a Teoria da Evolução de Charles Darwin exerceu sobre as ciências humanas, gerando toda sorte de “filhos monstros”. Digo “filhos monstros” porque a ideia de evolução nas ciências humanas gerou justificativas “darwinistas” (e devo dizer, altamente pseudocientíficas) para quase todo tipo de opressão que possamos pensar. Daí na Antropologia temos a ideia de evolução utilizada para chamar sociedades não-ocidentais de primitivas, a psicologia evolucionista utilizada para justificar opressão de gênero, sociologia evolucionista para defender o livre mercado, etc. De forma semelhante, um pensamento histórico evolucionista poderia para qualificar o passado de um dado saber como “primitivo”, “tosco”, ou mesmo “ingênuo”.

O terceiro capítulo, por sua vez, propõe uma abordagem da teoria wundtiana a partir de sua atualidade para trazer novamente à tona a noção de subjetividade para a investigação dos processos cognitivos.

O trabalho está centrado na análise de basicamente duas obras: “*Outlines of Psychology*” (WUNDT, 1897) e “*Introduction to Psychology*” (WUNDT, 1911). Estas duas obras foram escolhidas a partir de dois critérios: o primeiro diz respeito ao fato de que são obras em forma de compendio, nas quais apresentam-se aspectos gerais da teoria wundtiana e o segundo diz respeito ao fato de que são obras traduzidas e frequentemente comentadas.

No entanto, é preciso fazer aqui uma ressalva, pois os volumes acerca da psicologia dos povos, apesar de serem de grande valor para as discussões aqui propostas, não puderam ser incluídos como bibliografia deste trabalho basicamente por dois motivos. Primeiro, porque um trabalho desta magnitude seria contraditório com as características e pretensões de uma dissertação de mestrado e também porque não seria interessante esgotar todas estas possibilidades de trabalho ainda no mestrado, de forma que optei por explorar esta parte da psicologia wundtiana em projetos futuros.

Em suma, é necessário assumir que se trata de uma análise parcial, pessoal e limitada, pois se trata de um trabalho incipiente de uma pesquisadora incipiente. Tal incipiência, no entanto jamais foi justificativa para a realização de um trabalho ordinário e de fato, procurei evitar as características que considero ser deflagradoras de uma pesquisa ordinária: análises simplistas, adesão pura e simples a escolas de pensamento, falta de originalidade e principalmente, falta de autocrítica. Então, apesar de suas exaustivamente citadas limitações, desejo que este texto possa servir por fim impulsionar ambições ainda maiores.

1 DA PERSPECTIVA HISTÓRICA

1.1 Por que História?

Pode parecer uma pergunta absolutamente incoerente, uma vez que este é um trabalho que diz respeito essencialmente à história da psicologia. Mas como poderia seguir em frente com a escrita e estabelecer interlocução com meus pares se a resposta a esta questão permanece oculta ou restrita aos chavões caricatos que pressupõem algum aspecto necessário ao fazer da história?

Não seria honesto tomar a questão levemente, como se sua resposta fosse óbvia. De fato não é óbvia, e também não é uma questão de fácil solução. Não há na história nada de absolutamente necessário. Enterremos de vez o iluminismo e sua promessa de salvação pelo saber.

Tendo em vista que a história não é necessária à vida, não traz a salvação, ou sua versão moderna, felicidade; de que forma poderia defender a conveniência de uma pesquisa histórica?

De fato, seria mais fácil defender o contrário, pois ao que parece, não carecemos de história e ao contrário, padecemos dela. Padecemos de história quando nos voltamos ao passado para cultuá-lo, repeti-lo, ou julgá-lo¹⁴. Desta forma, explícito que a escolha aqui feita não é repetir, cultivar ou julgar o passado, portanto a proposição aqui posta é rabiscá-lo, como se fosse um pergaminho e por cima deste pudéssemos escrever, rabiscar e desenhar e assim, passado e presente estão entrecruzados e igualmente rabiscados. Não há o compromisso de tudo dizer, mas ao olhar de volta para o pergaminho temos um novo cenário e a este cenário não poderíamos chamar de palimpsesto?

¹⁴ Talvez sequer fosse necessário explicitar, mas neste texto tomo as três definições de história de Nietzsche da Segunda Consideração Extemporânea. Ver em: NIETZSCHE, F. **Considerações Extemporâneas**. Em: Coleção Os Pensadores: Nietzsche (Volume 2). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Pensar a história como palimpsesto é antes uma transgressão absurda da própria noção apregoada pelo senso comum da história que é estática, documental, neutra, e acima de tudo, pensada sempre retrospectivamente. Pensar a história como palimpsesto é pensar o presente da história, rabiscos sobre rabiscos. E abrindo mão do compromisso de tudo dizer, posso levar a transgressão ainda mais longe e apontar para o que pode haver de inventivo no fazer da história. Uma história que talvez não possa se chamar história, mas na ausência de melhor expressão continuarei utilizando-a¹⁵.

Aliás, o que quero dizer com a expressão palimpsesto pode quase perfeitamente ser definido a partir das palavras de Gerard Genette (2006):

Um palimpsesto é um pergaminho cuja primeira inscrição foi raspada para se traçar outra, que não a esconde de fato, de modo que se pode lê-la por transparência, o antigo sob o novo. Assim, no sentido figurado, entenderemos por palimpsestos (mais literalmente hipertextos), todas as obras derivadas de uma obra anterior, por transformação ou por imitação. (GENETTE, 2006, p. 5)

A partir da definição de palimpsesto tomada por Genette (2006), temos uma dupla acepção da palavra: uma literal e uma metafórica. Palimpsesto significa literalmente “riscar de novo” e se refere à antiga prática de lavagem e raspagem de pergaminhos para que pudessem ser reutilizados. O palimpsesto mais famoso da história, o palimpsesto de Arquimedes, possui 5 textos diferentes. Tomando o exemplo concreto, poderíamos dizer que o palimpsesto de Arquimedes é um tratado de física ou um livro de orações, uma vez que ambos coexistem sob o mesmo papel. Outro aspecto que torna o palimpsesto uma figura interessante para esta análise é que o pergaminho conta uma história: um tratado de física antiga de um filósofo grego dá lugar a orações cristãs, ou seja, o pergaminho fala do declínio da filosofia grega e da ascensão do cristianismo.

¹⁵ Àqueles que objetarem sobre as noções de verdade e mentira cabíveis à história, respondo como Alberto Caeiro: “Esta é a história do meu Menino Jesus. Porque razão que se perceba não há de ser ela mais verdadeira que tudo quanto os filósofos pensam e tudo quanto as religiões ensinam?” PESSOA, Fernando. **Poesia Completa de Alberto Caeiro**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

Outra acepção possível no sentido em que nos apresenta Genette é a ideia de **literatura de segunda mão**, quando um texto remete a outro. Outro termo possível para este conceito (e adotado pelo próprio Genette) é hipertexto.

A mim interessa o termo palimpsesto tanto enquanto metáfora para o entendimento da história quanto em termos de conceito que designa este aspecto “de segunda mão” que encontramos no campo discursivo, onde uma ideia frequentemente remete a uma anterior ou antecipa uma posterior.

Alguns se utilizam deste aspecto da história para afirmar sua ideia de continuidade, seu aspecto evolutivo, como se no campo das ideias houvesse um plano maior, uma espécie de “providência divina” que nos conduziria a uma espécie de “fim da história”¹⁶.

Mas aqui, ao invés de utilizar isto para afirmar uma continuidade e uma intencionalidade na história, utilizo para afirmar a continuidade e intencionalidade do historiador, que estará sempre fazendo história em função de problemas contemporâneos, de forma que personagens históricos parecem estar coincidentemente agindo a partir de motivações típicas da atualidade¹⁷.

O principal problema deste tipo de análise não é o fato de que o passado é analisado em função do atual, mas sim de se ignorar no trabalho do historiador o

¹⁶ Apesar da expressão utilizada, deixo claro não haver aqui nenhum compromisso com o conceito marxista de fim da história, apesar do fato de que a história do ponto de vista marxista tenha muito do que considero típico de uma ideia de historiografia tradicional (inclusive a ideia de evolução e intencionalidade na história)

¹⁷ Apenas após a ocasião da defesa da dissertação pude notar uma certa “onipresença” do pensamento de Vinciane Despret na primeira parte deste trabalho. A forte influência se deu a partir de principalmente dois textos que procuram discutir o “fazer ciência”. A influência, apesar de evidente, não foi percebida, talvez porque tenha me apropriado demais desta discussão. Ver em: DESPRET, Vinciane. O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas? **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922011000100005&lng=pt&nrm=iso. e também em: DESPRET, Vinciane. Os dispositivos experimentais. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100004&lng=en&nrm=iso.

aspecto construtivo do fazer história, como se o historiador fosse uma atualização do que se pensam serem os escribas do Egito Antigo¹⁸.

Então temos aqui a defesa de um fazer história que não se confunde com uma lógica documental, que não se compromete com o progresso da humanidade, que não tem por princípio tudo dizer e principalmente, não parte de uma intencionalidade ou moralidade dos acontecimentos. Uma história que é por princípio, impura, conspurcada e por isso mesmo, mais interessante, justamente porque não serve para nada e, portanto, não serve a ninguém. Libertemos pois, a história de seu caráter servil. Retomando a questão do “por que história?”, respondo que devemos fazer história pelo mesmo motivo que fazemos literatura, música ou artes plásticas.

Aqui porém, cabe uma ressalva importante: assim como as demais artes, a história não prescinde de um método, uma estratégia, uma política. Ao propor a história como arte, de forma alguma defendo a ausência de critérios ou de um *modus operandi*. Como “historiadora”, defendo um estilo, uma política de escrita baseada, sobretudo, em muita transparência com relação à estética e política do que considero o “fazer história” que possa ser produtor de reflexão.

Outra distinção importante que precisa ser feita é relativa à “Grande História”, no singular e escrita em letras maiúsculas e, simplesmente “histórias”, com letra minúscula e no plural. A Grande História pode ser identificada com a História Monumental¹⁹ (ou consideração monumental da história) de que fala Nietzsche (1987), mas o importante é que quando nos referimos a esta História, estamos nos referindo à “História dos Vencedores”. Não necessariamente (mas também) os vencedores de uma guerra travada entre nações ou tribos humanas, em campos de batalha concretos, mas os vencedores de uma guerra que se dá no campo discursivo. Se fossemos tomar uma perspectiva marxista de análise, diríamos que esta Grande História, é a história das ideias das classes dominantes.

¹⁸ A imagem que temos do seriam os escribas do Antigo Egito é de serem copistas neutros. Entretanto esta visão é uma suposição.

¹⁹ A aproximação com a história monumental necessita de uma observação: o monumento não é necessariamente “um vencedor”, mas o legado de um monumento está carregado de ideologia dominante.

Esta Grande História interessa em termos de análise, mas não em função do que conta, mas em função do que esconde. O que a Grande História busca esquecer? Se insinuando a partir de suas lacunas, temos outras histórias, histórias menores e pontuais, por diversas vezes consideradas irrelevantes, mas que falam de motins, revoltas, inovações, resistência. Entretanto, os “vencedores” enquanto classe privilegiada são detentores do controle sobre os registros, e portanto, estas histórias são imprecisas e aparecem na forma de lapsos²⁰.

Depois de todas estas ressalvas, declaro também haver neste trabalho uma proposição metodológica relativamente simples e até bem pouco original: uma leitura dos textos que se coloque capaz de se desnudar do excesso de interpretações. Proponho a ingenuidade necessária para que algo novo possa aparecer.

1.2 O Fazer da História da Psicologia

Questionar por que, ou para que história, ou mais especificamente, por que ou para que história da psicologia é talvez o exercício retórico mais comum dos cursos introdutórios de história da psicologia. Exercício retórico porque não é raro que nestas ocasiões ao professor caiba a papel de convencimento mais do que de questionamento do que viria a ser a pertinência ou utilidade de tal estudo.

Que a psicologia tem uma história, não é necessário duvidar. E da mesma forma, qualquer pensamento, por mais ínfimo que seja, é carregado de história. Então, quando questionamos a utilidade da história, não podemos aceitar uma

²⁰ Um exemplo histórico possível pode ser, por exemplo, a lenda do escravo Spartacus, que liderou uma grande rebelião de escravos na Roma Antiga e chegou até os dias de hoje por meio de registros dos próprios romanos. Certa vez um amigo, historiador, me deu um exemplo para explicar o que significa estudar história a partir destes registros: “É como se os historiadores do futuro estudassem a sociedade brasileira de hoje através da Revista Veja.” Em todo caso, o que é importante marcar aqui é que as histórias dos vencidos são contadas por meio das ideias de uma classe privilegiada, e através de seus registros podemos apenas entrever os pontos de vista dissonantes da História Oficial.

resposta qualquer. A resposta para a pergunta “Para que serve o estudo de história da psicologia” não é evidente, embora não possamos aceitar que não exista. Tampouco podemos nos contentar com certo jargão caricato, que diz que estudamos o passado para prever o futuro. Conferir esta utilidade ao estudo da história é desconsiderar a própria história²¹.

Mas a história da psicologia carrega uma diversidade que dificilmente encontramos em outras áreas de conhecimento. No contexto da psicologia podemos encontrar definições diversas e algumas destas são até mesmo contraditórias entre si²². Então, ao que parece, traçar linhas evolutivas entre as diversas concepções de psicologia ou não é possível ou depende de que se desconsidere toda sorte de diferenças entre elas. Traçar uma unidade para a psicologia depende no mínimo de uma arbitrariedade. Desta forma precisamos considerar as histórias de maneira mais local, o que não significa desconsiderar que estejam relacionadas em algum nível.

Generalizando um pouco, temos abordagens distintas ocorrendo simultaneamente em vários lugares e embora a fundação do laboratório de Leipzig tenha sido um marco importante, a mesma deve ser pensada mais em termos de emergência de processos históricos diversos do que simplesmente como agência de um “gênio criador”. Mas esse pioneirismo trouxe consigo uma maior importância, pois foi o fator que colocou Wundt como uma importante referência mundial para o saber psicológico. Entretanto este lugar de referencial da psicologia é em parte

²¹ A partir do que Nietzsche chama de consideração monumental da história, ao examinar a grandeza do passado poderíamos considerar que tal grandeza possa também ser possível dada a repetição das condições. Tal visão para Nietzsche é igualar o desigual, desconsiderar toda sorte de diferenças. E com isso escarnece: “No fundo, aliás, aquilo que foi possível uma vez só poderia comparecer pela segunda vez como possível se os pitagóricos tivessem razão em acreditar que, quando ocorre a mesma constelação dos corpos celestes, também sobre a terra tem de se repetir o mesmo, e isso até os mínimos pormenores: de tal modo que sempre, se as os têm uma certa disposição entre si, um estoico pode aliar-se outra vez com um epicurista e assassinar César, e sempre, em uma outra conjuntura, Colombo descobrirá outra vez a América.” Ver em: Nietzsche, F. Obras Incompletas (Coleção Os Pensadores). 1ª Ed. São Paulo: 1974. P. 69.

²² Por exemplo, podem ser citadas as definições behaviorista e wundtiana. Para os behavioristas a psicologia é a ciência do comportamento (em termos skinnerianos o behaviorismo é a filosofia da ciência do comportamento), enquanto para Wundt a psicologia é a ciência da experiência imediata. Estas duas versões são contraditórias principalmente porque uma defende o comportamento enquanto objeto e a outra defende a experiência e além disto, a primeira enfoca os antecedentes da conduta como fatores externos e a segunda enfoca os antecedentes internos.

ilusório, uma vez que os alunos de Wundt não foram meros seguidores, mas sim, pensaram por si outras formas de fazer psicologia, então não há nem mesmo entre Wundt e seus alunos uma linha perfeita de continuidade. Então consideremos neste contexto que continuidades e rupturas coexistem.

O desenvolvimento da psicologia experimental nos EUA se deveu em grande parte ao trabalho introspeccionista de Titchener, o aluno mais conhecido de Wundt, e sua psicologia tinha um enfoque mais fisiológico no entendimento dos processos psicológicos, provavelmente por influência do associacionismo britânico²³. Mais adiante, com a crítica funcionalista e posteriormente, com a crítica behaviorista, temos a psicologia americana cada vez mais engajada em “fazer ciência”, entendendo ciência no sentido positivista. A psicologia americana tende a uma postura fisicalista com relação ao conceito de mente²⁴.

Wundt por sua vez, constituiu um sistema psicológico no qual a ideia de consciência era central, bem como a vontade enquanto predecessora da cognição. Um sistema onde a vontade e o aspecto criativo da mente (sendo esta entendida em sua atualidade) são centrais é certamente anticientífico do ponto de vista positivista. Posteriormente, temos a psicologia da Gestalt, que ao mesmo tempo em que critica os pressupostos wundtianos e tira de cena o voluntarismo, confere preponderância à experiência e mantém a ideia de consciência. (MORAES, 2006).

Estas duas explanações acima que tomam como exemplo as psicologias americanas e alemãs são simplificações, generalizações do problema e no entanto servem aqui para ilustrar as dificuldades criadas por estes saberes manterem o mesmo nome e se referirem a construções diversas.

²³ A hipótese segundo a qual Titchener foi fortemente influenciado pelo associacionismo britânico não foi originada neste trabalho, mas em Danziger (1980a) em seu trabalho sobre a história da introspecção. Esta hipótese se sustenta na abordagem mais fisicalista de Titchener, com maior enfoque em aspectos fisiológicos e menor consideração a aspectos subjetivos e também em função do fato de que o próprio Titchener se declarou tributário das ideias de Stuart Mill.

²⁴ Apenas muito depois de escrever este trecho pude perceber que na verdade argumentei de maneira muito similar ao André Tilquin (1950) no texto “O Behaviorismo”. Como a citação me pareceu excessivamente indireta, optei por colocar a referência apenas na nota de rodapé. Ver em: TILQUIN, A. **Le Behaviorisme**. Paris: Vrin, 1950.

Tomadas desta maneira simplificada poderíamos dizer que nestes exemplos temos concepções diversas do que é psicologia e do que é fazer ciência. Do ponto de vista de Danziger (1980a; 1980b) estas diferenças se devem ao fato de que se tratam de psicologias tributárias de tradições filosóficas diferentes, e a isso se acrescenta que se tratam de contextos políticos, sociais e econômicos muito distintos²⁵.

Mas se apenas fosse uma questão de histórias diferentes, a análise seria provavelmente mais simples, mas estas muitas histórias da psicologia são como gêmeas siamesas: distintas, porém intimamente ligadas. Não daria para dizer que, apesar de tomarem entendimentos de psicologia bem distintos, trata-se de psicologias inteiramente separadas e também não poderíamos dizer que não houve influência, ou mesmo, intercâmbios entre ambas.

Poderíamos justificar a história da psicologia da mesma forma que justificamos a própria história no item anterior: façamos história pelo mesmo motivo que fazemos uma obra de arte, observando, entretanto que tal não significa que se propõe fazer história sem método ou política.

E em se tratando de um saber que não prescinde de ideais humanos, e é por diversas vezes ligado à ideia de cuidado, não se pode desconsiderar a necessidade de pressupostos não apenas políticos, metodológicos, ou mesmo estéticos, mas também éticos.

Ao invés de simplesmente supor uma lógica documental (não que a documentação em si seja desnecessária), ao olharmos para história devemos também nos questionar que linhas da trama histórica queremos dar prosseguimento e quais não, o que quer dizer que o próprio estudo da história da psicologia implica o estudo dos fazeres possíveis da psicologia. Quando nos voltamos à psicologia do século XX, encontramos diversos projetos de psicologia científica, mas a parte de cada um destes projetos temos um plano de fundo que os perpassa.

²⁵ O século XX foi muito distinto em diversos aspectos para os EUA e a Alemanha, especialmente em sua primeira metade, na qual a Alemanha foi derrotada em duas grandes guerras. Este trabalho não pretende se aprofundar nesse aspecto, mas apenas apontar possibilidades frente a estes contextos tão distintos.

Com a “morte de deus”, outro ídolo se insinua em seu lugar, e obviamente me refiro à ciência moderna que neste momento ainda se encontra incipiente e excessivamente frágil em certezas para explicar o mundo. Quando o parâmetro de verdade poderia ser encontrado dentre os dogmas teológicos, a verdade estava relegada aos líderes da igreja, legitimados por pura inspiração do Espírito Santo.

Como bem nos lembra Descartes (2000a), no discurso do método, ao destruímos os fundamentos, precisamos construir algo em seu lugar. No lugar da divina inspiração impõe-se o método científico.

O problema imediato que se impõe nesta substituição que vinha sendo ensaiada desde Galileu é que não havia consenso nem a respeito do que se pode chamar de ciência e nem a respeito dos métodos válidos e inválidos do fazer científico.

As tentativas de afirmações de novos dogmas para substituir os antigos foram muitas. Podemos citar a Crítica da Razão Pura de Kant, O Curso de Filosofia Positiva de Comte, A formalização da matemática realizada por Frege, o positivismo lógico (do qual Frege é parte), etc..

A ciência viveu uma profunda crise de fundamentos na qual ainda estavam em oposição experiência e racionalidade. Pois bem: mente e corpo; experiência e racionalidade são oposições cujos primeiros ensaios podemos datar dos gregos antigos, entretanto este momento histórico (século XIX) foi singular.

No século XIX a afirmação de que nossos sentidos no enganam passa de erro puro e simples a objeto da ciência. Para haver objetividade na ciência era necessário que a subjetividade do pesquisador fosse entendida e devidamente controlada. A psicologia do final do século XIX e início do século XX nasceu justamente no meio desta crise de fundamentos da ciência.

1.3 O Projeto da Modernidade

Muitas são as definições possíveis da expressão “modernidade”. Quando simplesmente falamos de modernidade, estamos evocando diversos conceitos possíveis, pois podemos estar falando de tempos atuais, da filosofia de Descartes, dos experimentos de Galileu ou do ano de 1453.

Então, quando me refiro à modernidade, quando evoco a especificidade do projeto da modernidade, estou precisamente me referindo ao projeto de ciência moderna que se inicia com Galileu e se radicaliza no projeto positivista.

Porém, convencionar o início da ciência moderna a partir de Galileu é uma afirmação problemática, pois seria o mesmo que afirmar que do pensamento medieval ao pensamento moderno, temos um salto sobre um abismo. Quando observamos mais cuidadosamente, as fronteiras entre o moderno e o medieval tornam-se cada vez mais sutis, um espectro muito mais gradual do que se costuma supor. Para ilustrar as noções de ruptura e continuidade na história, Koyré (1982) utiliza a seguinte metáfora:

“As mudanças imperceptíveis em curto espaço de tempo engendram, em longo prazo, uma diversidade muito nítida; da semente à árvore não há saltos; e a continuidade do espectro não torna as cores menos diversas.” (KOYRÉ, 1982, p. 16).

Na história, encontramos continuidades e rupturas porque a complexidade da história não cabe em categorizações rígidas sem uma arbitrariedade. Podemos considerar Roger Bacon como moderno e ao mesmo tempo localizar em Descartes uma clara filiação ao pensamento escolástico. “Quantos de nossos contemporâneos não são aliás, contemporâneos espirituais de Santo Tomás?” (KOYRÉ, 1982, p.17)

Mas, o pensamento histórico tradicional, que opera a partir de uma periodização, não se dá de maneira inteiramente arbitrária, pois, ainda que de uma maneira superficial, percebemos que as pessoas de uma mesma época têm muito em comum, conseguimos localizar em um período de tempo, uma certa “maneira de ser”. (KOYRÉ, 1982)

Não interessa aqui, entretanto delimitar as semelhanças e diferenças entre a mentalidade medieval e a mentalidade moderna, uma vez que a complexidade da questão leva a definições arbitrárias que contradizem o entendimento de história proposto para este trabalho.

Mas a parte de pensar em rupturas e aproximações entre estes dois períodos históricos, a evocação da ideia de modernidade serve para trazer para esta análise a figura do sujeito moderno e sua função na fundação da psicologia científica.

Partimos do sujeito moderno, porque na dita “modernidade” o sujeito começa a figurar de forma central no modo de vida humano, passando a ter uma função fundamental na teoria do conhecimento que se inicia deste ponto em diante, tornando o sujeito consciente de si a condição necessária para o saber científico.

Dado que é por meio de um sujeito autoconsciente que o conhecimento é possível, com a chegada da modernidade, elegemos as obras “Meditações Metafísicas²⁶” e “Discurso do Método²⁷”, do filósofo René Descartes, como inaugurais do ponto de vista filosófico e conceitual. A partir destas duas obras podemos situar uma nova teoria do conhecimento (e conseqüentemente uma nova concepção de ciência), na qual o eu racional, no lugar das escrituras bíblicas, passa a ser o fundamento da verdade:

(...) E é improvável que todos se enganem a esse respeito; mas isso é antes uma prova de que o poder de julgar de forma correta e discernir entre o verdadeiro e o falso, que é justamente o que é denominado bom senso ou

²⁶ DESCARTES, René, 2000a.

²⁷ DESCARTES, René, 2000b.

razão, é igual em todos os homens; e, assim sendo, de que a diversidade de nossas opiniões não se origina do fato de serem alguns mais racionais que outros, mas apenas de dirigirmos nossos pensamentos por caminhos diferentes e não considerarmos as mesmas coisas. (DESCARTES, 2000b, p. 35)

A partir de Descartes temos uma teoria do conhecimento que coloca o sujeito racional como fundamento e possibilidade do conhecimento. A racionalidade humana torna-se a partir de então a base da ciência. Mas de fato não poderia ser tão simples, pois ao longo da história do pensamento ocidental, muitos argumentos contrários à possibilidade de fundar o conhecimento sob bases sólidas tinham sido postos e naquele contexto, o ceticismo de Montaigne é que pautava as discussões.

O artifício do cartesianismo foi justamente utilizar a dúvida, arma do ceticismo, para combatê-lo e chegar à fundamentação do sujeito racional. Uma vez que não poderia duvidar de sua própria dúvida, e que duvidar é pensar, logo, não poderia duvidar de sua própria existência. E sendo assim, estava colocada a pedra fundamental da possibilidade de conhecer:

Não há, então, dúvida alguma de que existo, se ele me engana; e, por mais que me engane, nunca poderá fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De maneira que, depois de haver pensado bastante nisto e analisado cuidadosamente todas as coisas, se faz necessário concluir e ter por inalterável que esta proposição, *eu sou, eu existo*, é obrigatoriamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito. (DESCARTES, 2000a, p. 258)

Deste ponto em diante, estava provada a subjetividade, entretanto nada se poderia garantir de externo ao sujeito. No sistema cartesiano, antes de colocar a razão humana como fundamento da ciência, era necessário garantir logicamente que suas ideias não eram ilusórias ou incompletas.

E antes de construir uma ciência fundamentada em ideias claras e distintas foi necessário provar a existência de Deus, e para isto utilizou como artifício a hipótese do gênio maligno, uma entidade essencialmente má que ao controlar a

realidade, faria sempre com que nos enganássemos ainda que tivéssemos a mais plena certeza de estarmos corretos.

Em seguida, reapresentou o argumento ontológico²⁸ e provou logicamente a existência de Deus, partindo da análise das representações humanas (seres finitos e imperfeitos) de infinitude e perfeição. Sendo Deus infinito e perfeito, logo também seria infinitamente bom e verdadeiro. Ou seja, para provar a existência de ideias claras e distintas era preciso que o argumento do gênio maligno fosse refutado.

Dito isto, para existir conhecimento racional seguro foi necessário antes de tudo, provar a existência de um Deus bondoso, ou seja, para existirem ideias claras e distintas e conseqüentemente, ciência, a existência de Deus precisou ser sustentada. Temos então um cenário onde os juízos objetivos da ciência têm como fundamento último um argumento metafísico²⁹.

Este cenário não durou muito, pois o poder secular que já começara a decair desde o Renascimento, recebeu seu golpe de misericórdia com as teses de Galileu. A física e a matemática, antes subordinadas à teologia, ganharam cada vez mais espaço e independência. O aparecimento e ascensão das ciências modernas e o avanço da modernidade de maneira geral, conduziram o sistema cartesiano a uma contradição: tornou-se inaceitável justificar uma evidência científica a partir de um argumento metafísico. As ciências modernas, uma vez autônomas, substituíram o

²⁸ O argumento ontológico já havia sido apresentado anteriormente, na Idade Média por Santo Anselmo e antes de Descartes fora retomado por São Boaventura e rejeitado por Santo Agostinho. Ver em: PESSANHA, José Américo Motta. *Vida e Obra*. Coleção Os Pensadores: Descartes. São Paulo, Nova Cultural, 2000. Pg. 23.

²⁹ Existem ao menos duas interpretações sobre este aspecto do cartesianismo. Uma interpretação sugere que na verdade a prova de Deus entrou em seu sistema como uma forma de não desafiar o poder eclesiástico. É uma possibilidade razoável, tendo em vista de que no início de seus estudos, Descartes desistiu de publicar seus tratados de física em função da condenação de Galileu. Segundo outra interpretação, a prova da existência de Deus sustenta seu sistema, uma vez que sem esta, nada de externo ao sujeito poderia ser afirmado. Para este trabalho consideramos que de fato a condenação de Galileu teve influência decisiva no sistema cartesiano, mas, de qualquer forma, o sistema cartesiano não se sustenta sem a garantia da existência de Deus. Esta afirmação se torna mais contundente quando examinamos especificamente a terceira meditação cartesiana, na qual ele prova (logicamente) a existência de Deus apoiado na análise da ideia de perfeição. Ver em: DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. In: Coleção Os Pensadores: Descartes. São Paulo, Nova Cultural, 2000.

crivo da teologia pela verificação lógica e empírica e então a metafísica, ou quaisquer saberes não matematizáveis ou impossíveis de verificação empírica, foram alvo de profundo descrédito.

No que diz respeito à psicologia, poderíamos dizer que a invenção do sujeito racional foi decisiva para sua constituição. Mas apenas a invenção do sujeito moderno, uma subjetividade privatizada, é uma condição necessária, porém não suficiente na fundação da psicologia enquanto ciência moderna. Uma subjetividade do tipo cartesiana nos leva a uma produção de conhecimento que precisa ter bases metafísicas para ser sustentada³⁰.

Retornando à demonstração de Deus nas *Meditações*, temos que, resumidamente, consiste no argumento de que se fazemos juízos corretos acerca da realidade, é porque Deus existe e é infinitamente bondoso para colocar nos homens as ideias corretas acerca da realidade. Então, se as ideias vêm de Deus e Deus é perfeito, como seria possível aos homens, diferirem em suas percepções?

Para Descartes (2000a), os juízos diferem entre os homens não por uns serem mais racionais que outros, mas por considerarem coisas diferentes. Mas, por outro lado se não há Deus, nada pode ser afirmado para além do sujeito, uma vez que a existência, bondade e perfeição de Deus são o sustentáculo da correção da razão humana segundo este sistema. O que poderia explicar diferenças perceptivas entre duas ou mais pessoas que observam o mesmo fenômeno? Do ponto de vista cartesiano, trata-se de uma ilusão, um erro.

Do ponto de vista histórico, existe um caminho que vai da antiga ideia de que nossos sentidos nos enganam à ideia moderna de que a relação entre a realidade e a percepção é contingente, de que o que percebemos depende das condições subjetivas do observador.

³⁰ Uma ideia semelhante pode ser encontrada no trabalho de Figueiredo e Santi (1997), pois estes autores afirmam igualmente que a subjetividade privatizada (termo cunhado por Figueiredo) foi uma condição necessária, porém não suficiente para a constituição do saber psicológico. No entanto no que diz respeito a outras condições envolvidas na emergência da psicologia, este trabalho aponta aspectos distintos. Ver em: FIGUEIREDO, L.C.M. e SANTI, P.L.R. *Psicologia: uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ, 1997

Esta mudança tem consequências diretas com relação ao surgimento da psicologia enquanto ciência, uma vez que questões em torno deste fato foram a base dos primeiros experimentos em fisiologia, que, posteriormente forneceram os alicerces dos primeiros experimentos psicológicos. Esta mudança de paradigma pode ser localizada no contexto do iluminismo. Neste, temos, de maneira geral, a ideia de salvação pelo conhecimento.

Não se trata de qualquer conhecimento, mas de um entendimento muito específico do conhecer, que é a ciência moderna que surge em oposição às “superstições medievais”. As ciências naturais, anteriormente subordinadas às doutrinas cristãs, ganharam autonomia, ocuparam o lugar de maior prestígio, no lugar da teologia.

Dito isto, podemos entender o Positivismo³¹ enquanto uma radicalização dos ideais iluministas de salvação pela ciência, com a diferença de que no modelo positivista não há lugar para o conhecimento intuitivo, sendo considerado enquanto ciência apenas os fatos observados diretamente, e por isto o positivismo comteano veta não apenas a psicologia racional, mas todo conhecimento que não possa ser diretamente demonstrável. Com relação à psicologia, quais as consequências dos vetos de Comte e Kant?

1.4 O Iluminismo e o Positivismo: Os Dois Vetos à Psicologia Racional³²

A partir de Descartes chegamos às ideias metafísicas presentes na psicologia, como por exemplo, o problema mente e corpo e a própria ideia de subjetividade individual.

³¹ Neste texto não me refiro ao positivismo lógico, mas apenas ao positivismo de Comte a partir da obra curso de Filosofia Positiva. Ver em: COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. Em: Coleção os Pensadores: Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

³² Sendo o Iluminismo um aspecto complexo nesta questão, é importante esclarecer que quando nos referimos a Iluminismo neste texto estamos mencionando principalmente os aspectos que concernem ao veto kantiano. Da mesma forma, quando nos referimos ao positivismo, estamos nos referindo de forma privilegiada ao veto comteano.

Mas pensando apenas em termos de filosofia cartesiana, não chegamos a um saber psicológico. O fato de que pessoas diferentes proferem sobre um mesmo fato, juízos diferentes não resulta das condições subjetivas dos observadores, mas sim, de um uso incorreto da razão, pois se utilizassem o mesmo método, segundo este, chegariam à mesma conclusão.

No contexto do fim do século XIX temos um cenário bem distinto do qual Descartes formulou seu sistema filosófico. As ciências da natureza deixaram de ser subordinadas à teologia e se estabeleceram enquanto padrão do “verdadeiro conhecer”. Uma ciência, nesta conjuntura, deve ser um saber sistemático, com método e objeto próprios, matematizável, passível de demonstração.

A psicologia, com sua longa raiz metafísica não se enquadraria neste paradigma, a menos que constituísse método e objeto independentes de toda sua herança metafísica. Isto aconteceu, ao menos parcialmente.

O início desta psicologia que emerge no século XIX está, do ponto de vista metodológico, intimamente ligado à fisiologia e se fôssemos comparar as características destes dois tipos de experimento nesta época, teríamos muita dificuldade em distingui-los.

Uma vez que a metafísica estava banida do círculo das ciências respeitáveis, a psicologia em seu início “aliou-se” à fisiologia, mas esta dupla filiação constituiria um território próprio? Esta questão “territorial” foi talvez a primeira grande questão enfrentada pelos primeiros psicólogos e muito provavelmente uma das mais importantes.

O iluminismo e o positivismo foram decisivos para que a psicologia fosse instituída enquanto um saber moderno, especialmente no que se refere aos dois vetos à psicologia racional, a saber, o veto kantiano e o veto comteano.

Poder-se-ia objetar que os referidos vetos tinham por intenção justamente atentar para a impossibilidade do saber psicológico, mas na verdade atentaram para a impossibilidade de uma psicologia de base racional, tal como era a psicologia baseada na auto-observação praticada no século XVIII.

A partir de uma perspectiva Kantiana, a psicologia racional é impossível, pois através da auto-observação, temos acesso não à consciência mesma, mas à consciência enquanto fenômeno. Além de crer que a partir da auto-observação, o entendimento humano estaria limitado apenas às representações, existe ainda outro limite que é a coincidência entre sujeito e objeto, o que em termos de filosofia tradicional é em si absurda. Na crítica da Razão Pura, Kant declara:

Mas como poderá o eu, o eu penso, distinguir-se do eu que se intui a si próprio (posso ainda imaginar um outro modo de intuição, ao menos como possível) e todavia ser idêntico a este último, como o mesmo sujeito? Como, portanto, poderei dizer que eu, enquanto inteligência e sujeito pensante, me conheço a mim próprio como objeto pensado, na medida em que me sou, além disso, dado na intuição, apenas à semelhança de outros fenômenos, não como sou perante o entendimento, mas tal como me apareço? Eis uma questão que não é mais nem menos difícil do que a de averiguar como posso ser em geral para mim mesmo objeto, e precisamente objeto da intuição e das percepções internas. (...) quanto ao sentido interno, que por ele nos intuimos apenas tal como interiormente somos afetados por nós mesmos, isto é, que no tocante à intuição interna conhecemos o nosso próprio sujeito apenas como fenômeno e não tal como é em si. (KANT, 2001, p.182)

A filosofia Kantiana foi extremamente crítica à auto-observação e ao fazer isto impôs à psicologia um novo paradigma metodológico que respondesse a estes problemas.

O outro veto à psicologia racional está situado na obra *Curso de Filosofia Positiva*³³, na qual Comte sugere, citando Blainville³⁴, que todo ser ativo (incluindo-se aí, o ser humano), pode ser estudado sob duas ópticas fundamentais: a estática e a dinâmica. Em relação às funções intelectuais, seu estudo do ponto de vista estático pode advir apenas das condições orgânicas de que provêm.

Assim sendo, estudar as funções intelectuais estaticamente se resume à anatomia e fisiologia. Por outro lado, estudar as funções intelectuais humanas dinamicamente, seria estudar a evolução humana em curso.

³³ COMTE, Auguste, 1978.

³⁴ Na obra *Curso de Filosofia Positiva*, Comte cita a introdução da obra *Princípios Gerais de Anatomia Comparada* de Blainville, a qual não foi consultada para a escrita deste trabalho.

Então, para Comte (1978), o estudo dinâmico das funções intelectuais humanas constitui o objeto geral do que o mesmo chamou de filosofia positiva. A via estática e a via dinâmica são complementares e, para ele, as únicas que conduzem a noções racionais genuínas acerca dos fenômenos intelectuais. (COMTE, 1978)

Percebe-se que de nenhuma perspectiva há lugar para essa psicologia ilusória, última transformação da teologia, que se tenta em vão reanimar hoje e que, sem perturbar nem o estudo fisiológico de nossos órgãos intelectuais, nem a observação dos processos racionais que dirigem efetivamente nossas diversas pesquisas científicas, pretende chegar à descoberta das leis fundamentais do espírito humano, contemplando-o ele próprio, a saber, fazendo completa abstração das causas e dos efeitos. (COMTE, 1978, p. 12).

A partir deste trecho temos claramente que havendo apenas duas formas possíveis de se estudar a razão humana, a psicologia não apenas está excluída desta perspectiva, como é considerada como ilusória e até mesmo, uma nova roupagem da teologia.

Outro ponto levantado por Comte, semelhante ao levantado por Kant, diz que “o espírito humano pode observar diretamente todos os fenômenos, exceto os seus próprios.” (COMTE, 1978, p. 12) A observação que um homem poderia fazer de si próprio teria pouca ou nenhuma relevância científica segundo este e assim, também argumenta contra o método psicológico: “O órgão observado e o órgão observador, sendo, neste caso, idênticos, como poderia ter lugar a observação?” (COMTE, 1978, p. 13). A partir destas duas citações, fica claro que o veto recai sobre a psicologia introspectiva do século XVIII.

O veto kantiano se refere principalmente à uma impossibilidade metodológica, pois a auto-observação permitiria apenas uma observação das representações conscientes (fenômeno), e não da consciência mesma (númeno).

A objeção de Kant à psicologia racional não era desconhecida por Wundt, ao contrário, ele estava especialmente aliado a esta objeção. Em seu sistema,

abandonou a auto-observação (introspecção clássica) pela percepção interna³⁵, o que significou instituir um método altamente rigoroso, capaz de aproximar tanto quanto possível, as condições da percepção interna às condições da percepção externa.

O rigor metodológico, aliado aos equipamentos de laboratório e à experiência do observador forneceriam a objetividade necessária para que existisse uma diferenciação entre sujeito e objeto, que não havia na introspecção clássica. Podemos considerar a soma e interação de tais fatores (rigor metodológico, equipamentos de laboratório e experiência do observador) enquanto formadores de um dispositivo experimental³⁶. Este dispositivo, desta forma constituído é mais do que suas partes, não se confunde nem com o sujeito e nem com o objeto, sendo, portanto, um terceiro elemento, que separa e distingue ambos.

O veto comteano, por sua vez, se referia principalmente ao objeto, ou, à impossibilidade do objeto da psicologia. Apesar de estar atento às críticas de Comte, Wundt contrapôs este veto afirmando a experiência³⁷ (externa e interna, ou mediata e imediata) enquanto objeto da psicologia (objeto esse não investigável apenas no ponto de vista biológico ou sociológico) e, ao colocar a questão neste nível, também afirmou a psicologia não mais como empírica ou racional, mas sim como empírica e racional.

³⁵ Aqui aderimos à tese do historiador da psicologia Kurt Danziger, segundo a qual, existe uma distinção clara entre auto-observação (*Selbstbeobachtung*) e percepção interna (*innere wahrnehmung*) na obra de Wundt e, no entanto, ambas foram traduzidas para o inglês como *introspection*. Tal deficiência na tradução de língua inglesa é, segundo este, responsável por boa parte dos equívocos cometidos com relação à psicologia de Wundt. Ver em: DANZIGER, Kurt. **The History of Introspection Reconsidered**. Journal of the History of Behavioral Sciences. Pg 241-262. 1980.

³⁶ O termo “dispositivo” pode estar ligado à conceituações diversas, mas, uma vez que este trabalho não propõe uma discussão sobre a noção de dispositivo, optei por adotar neste ponto uma definição funcional: neste contexto, dispositivo, nada mais é do que a engrenagem, resultante destes elementos citados, a qual viabiliza o método wundtiano ao mesmo tempo em que o diferencia da introspecção clássica.

³⁷ Sobre a experiência na psicologia, Wundt ainda na primeira parte da introdução de *Outlines* define o papel da experiência em seu sistema. Ver em: WUNDT, Wilhelm. *Outlines of Psychology* (2nd rev. ed.). Translated from the fourth German edition by C. H. Judd. Leipzig: Wilhelm Engelmann. 1896.

Encontramos em Wilhelm Wundt uma tentativa genuína de resposta metodológica ao veto kantiano e ao mesmo tempo a afirmação de um objeto singular para a psicologia, respondendo assim ao veto comteano.

A posição wundtiana era naquele momento polêmica, ou até mesmo absurda para muitos e, no entanto, foi essencial para firmar um território próprio e iniciar um momento singular para o saber psicológico. Temos em Wundt uma posição que recusa tanto o misticismo quanto o positivismo, e assim inaugura na psicologia uma proposta diferenciada, na qual não abriria mão nem da psicologia fisiológica, nem da psicologia dos povos³⁸.

Estes dois métodos de investigação psicológica são, na verdade, duas abordagens não contraditórias, mas complementares em seu sistema e que existem em função de que o objeto “experiência imediata” é atravessado ao mesmo tempo pelo biológico (e com isto não aponto para qualquer espécie de determinismo) e pelo sócio-histórico e exatamente por isto, privilegiar apenas um destes aspectos seria contraditório com seu próprio sistema.

A consideração de que a psicologia dos povos e a psicologia experimental não são psicologias diversas, mas sim, dois aspectos de uma só psicologia, duas formas de investigar a experiência imediata parece coerente com o fato de que os dez volumes de psicologia cultural foram publicados entre 1900 e 1920, e em 1911, Wundt publicou uma obra denominada “Introdução à Psicologia”, na qual voltou a abordar temas em psicologia experimental.

Outro fato que não pode ser desconsiderado é o de que nomeamos por “psicologia fisiológica” e “psicologia dos povos” são denominações que incluem estudos diversos, como psicologia experimental, filosofia, mitologia, direito, arte, linguagem, ética, etc. Tal aspecto sugere que, o caminho necessário para entender um pouco da complexidade deste sistema indica, não apenas estudar

³⁸ Ao longo de sua carreira, Wundt produziu tanto “psicologia social” (psicologia dos povos) quando psicologia experimental. Estas duas vertentes de trabalho possuíam métodos distintos, sendo a psicologia dos povos um trabalho não experimental, de caráter mais subjetivo. Neste trabalho não nos aprofundaremos na psicologia dos povos, sendo este trecho apenas uma forma de demonstrar a atitude wundtiana com relação ao “hibridismo” da psicologia.

cuidadosamente suas obras, mas também considerá-las a partir de uma discussão que esteja comprometida com uma produção que envolva ciência e modernidade como componentes deste cenário.

Antes de demonstrar tal análise, proponho uma breve explanação dos principais aspectos da psicologia de Wundt. São estes: experiência mediata e experiência imediata, processos volitivos, problema mente e corpo e síntese criadora. Cada um destes aspectos é necessário compor um maior entendimento de seu sistema e fornecer pistas acerca de sua atualidade.

2 FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS DO SISTEMA PSICOLÓGICO DE WILHELM WUNDT

2.1 O Conceito de Experiência no Contexto do Problema Mente-Corpo

Para Wilhelm Wundt (1897) o conceito de mente é um conceito subsidiário³⁹ na psicologia, assim como o conceito de matéria o é para as ciências naturais.

O conceito “matéria”, em seu significado mais geral, serve para definir o substrato permanente assumido enquanto existente no espaço universal, cuja atividade devemos atribuir todos os fenômenos naturais.

O conceito de mente, de forma semelhante, expressa de forma abrangente a totalidade das experiências psíquicas em uma consciência individual⁴⁰. (WUNDT, 1897)

Mas enquanto, segundo ele, as ciências naturais superaram a fase mitológica da definição especulativa de matéria, a psicologia, por sua vez mantém-se, ao menos em parte, sob o domínio da definição mitológico-metafísica da mente. O conceito de mente-substância tem suas raízes em uma necessidade metafísica e mitológica, pois segundo este, a experiência psicológica por si jamais teria levado a um conceito de mente-substância.

³⁹ Para Wundt (1897), um conceito subsidiário é um conceito de caráter hipotético, que não está em si contido na experiência, mas chegamos a ele a partir de uma conexão lógica, que é em si uma aplicação do princípio geral de causalidade. Ver em: WUNDT, Wilhelm. **Outlines of Psychology**. Leipzig: Wilhelm Engelmann. 1897. p. 310. Sobre este item, apesar de a referência principal ser a versão em língua inglesa deste texto, considereirei mais coerente as traduções em língua espanhola e italiana, pois em língua portuguesa, a expressão “conceito subsidiário” se mostra mais adequada do que seria a expressão “conceito complementar.” Ver em: WUNDT, Wilhelm. **Compendio de Psicología**. Madrid, La España Moderna. 1896. e WUNDT, Wilhelm. **Compendio di Psicologia** (traduzione sulla 3ª ed. Tedesca di Luigi Agliardi). Torino: C. Clausen. 1900.

⁴⁰ WUNDT, Wilhelm. **Outlines of Psychology**. Leipzig: Wilhelm Engelmann. 1897. p. 312

Wundt (1897) então distingue duas posições com relação ao conceito de mente-substância, que ele entende enquanto uma tentativa de satisfazer, tanto quanto possível, a necessidade de um sistema geral e universal, que inclui a existência natural e individual⁴¹.

A partir disto, afirma que duas formas do conceito de mente-substância podem ser distintas e correspondem a duas posições de psicologia metafísica.

Uma delas é a posição materialista e entende os processos psíquicos como atividades da matéria ou de algo como “elementos cerebrais”. A outra posição é a espiritualista, que entende estes processos enquanto estados e mudanças em um invisível e permanente ser de natureza especialmente espiritual.⁴² (WUNDT, 1897) As consequências de ambas as posições, ele sinaliza adiante:

Em ambas as formas, a materialista e a espiritualista, o conceito de mente-substância nada faz em favor da interpretação da experiência psicológica. Materialismo descarta a psicologia inteiramente e coloca em seu lugar uma imaginária fisiologia cerebral do futuro, ou quando tenta prover teorias positivas cai em incertas e duvidosas hipóteses acerca da fisiologia cerebral. E assim, desistindo da psicologia em qualquer sentido apropriado, esta doutrina desiste completamente de fornecer qualquer base prática às ciências mentais. O espiritualismo permite a continuação da psicologia, mas subordina a experiência real à hipóteses metafísicas inteiramente arbitrárias, através das quais a observação imparcial dos processos psíquicos é obstruída⁴³. (WUNDT, 1897. p. 314)

⁴¹ “This concept is not used as a general supplementary concept that serves primarily to gather together the psychical facts and only secondarily to give a causal interpretation of them but it is employed as a means to satisfy so far as possible the need of a general universal system, including both nature and the individual existence”. Ver em: Wundt, Wilhelm. 1897. p 312

⁴² “Two forms of the concept mind-substance may be distinguished, corresponding to the two types of metaphysical psychology (...) The one is *materialistic* and regards psychical processes as the activities of matter or of certain material complexes, such as the brain-elements. The other is *spiritualistic* and looks upon these processes as states and changes in an extended and therefore invisible and permanent being of a specially spiritual nature.” Ver em: Wundt, Wilhelm. 1897. p. 313

⁴³ “In both its materialistic and spiritualistic forms, the concept mind-substance does nothing for the interpretation of psychological experience. Materialism, does away with psychology entirely and puts in its place an imaginary brain-physiology of the future, or when it tries to give positive theories, falls into doubtful and unreliable hypotheses of cerebral physiology. In thus giving up psychology in any proper sense, this doctrine gives up entirely the attempt to furnish any practical basis for the *mental sciences*. Spiritualism allows psychology is such to continue, but subordinates actual

Para Wundt (1897), os equívocos das duas abordagens consistem no fato de que ambas falham em estabelecer o problema da psicologia, uma vez que entendem a experiência interior e a experiência exterior enquanto esferas totalmente distintas, ainda que possam interagir de alguma forma.

Segundo Araújo (2007), a posição Wundtiana com relação ao problema mente-corpo, ou em termos mais modernos, mente-cérebro mantém-se enquanto posição alternativa a este materialismo vulgar do século XIX. Contudo para compreender o posicionamento wundtiano frente a esta questão, é necessário antes, compreender seu entendimento de experiência.

Na introdução de *Outlines of Psychology*, Wundt (1897) destaca duas posições mais proeminentes na história do saber psicológico. Uma destas, a empírica, entendia a psicologia como a ciência da “experiência interna”, acessível à investigação através de introspecção.

A outra definição, a metafísica, colocava a psicologia enquanto ciência da mente e os processos psíquicos são aí entendidos enquanto fenômenos dos quais é possível deduzir a natureza metafísica da substância mental.

Wundt as ilustra, mas com o propósito de contrapô-las à sua própria definição. Segundo ele, a definição metafísica é ruim, pois, a psicologia deveria se tornar uma ciência empírica com métodos próprios e livre de todas as teorias metafísicas.

A definição empírica por outro lado é incompleta, uma vez que abre espaço para entendermos que a psicologia se ocupa de objetos completamente distintos dos objetos da dita “experiência externa”.

Ao contrário, Wundt estava profundamente convencido de que não há um objeto sequer das ciências naturais que não poderia ser, a partir de um diferente ponto de vista, objeto da psicologia. Entretanto, também acreditava que existem conteúdos da experiência próprios da esfera psicológica de investigação, como

experience to entirely arbitrary metaphysical hypotheses, through which the unprejudiced observation of psychical processes is obstructed.” WUNDT, Wilhelm. 1897. p 314.

sentimentos, emoções e volições. A partir disto, podemos dizer que a psicologia é a ciência da experiência. Entretanto há uma distinção importante entre experiência mediata e experiência imediata.

A experiência mediata, para Wundt, é a experiência das ciências naturais, pois nestas, o sujeito da experiência é abstraído. Por outro lado temos o que ele chamou de experiência imediata, que é a experiência dependente de um sujeito.

É dita imediata porque se dá antes da abstração do sujeito imposta pelo método das ciências naturais. Por definição, a experiência imediata de Wundt é “a experiência”.

Segue-se então, que as expressões experiência interna e experiência externa não indicam diferentes objetos, mas diferentes pontos de vista que utilizamos no conhecimento e na exposição científica da experiência que é una. Somos naturalmente conduzidos a estes pontos de vista, porque cada experiência concreta divide-se imediatamente em dois fatores: em um conteúdo que se apresenta para nós e nossa apreensão deste conteúdo. Nós chamamos o primeiro destes fatores de objeto da experiência e o segundo de sujeito da experiência⁴⁴. (WUNDT, 1897 p. 2-3)

Ainda nesta mesma obra, ao final da primeira parte da introdução, Wundt declara que a psicologia deve ser reconhecida como a mais estritamente empírica de todas as ciências. (WUNDT, 1897).

Assim é, porque no contexto das ciências da natureza, não há consideração a fatores subjetivos. A consequência disto é que neste caso, os objetos da experiência ficam submetidos a abstrações conceituais, integrações hipotéticas da realidade. (WUNDT, 1897)

⁴⁴ “It follows, then, that the expressions outer and inner experience do not indicate different objects, but *different points of view* from which we take up the consideration and scientific treatment of a unitary experience. We are naturally led to these points of view, because every concrete experience immediately divides into *two factors*: into a *content* presented to us, and our *apprehension* of this *content*. We call the first of these factors *objects of experience*, the second, *experiencing subject*”.

Temos aqui não uma arbitrariedade, mas uma atitude epistemológica. Wundt não demanda para si e nem para seu sistema psicológico a ciência positivista. Não seria precipitado concluir a partir desta introdução, que Wundt não encontrava na ciência positivista uma perfeição, mas sim uma redução do que considerava a totalidade da experiência.

Também não se trata de uma apologia à metafísica, pois ao contrário, ele queria uma psicologia completamente livre de teorias metafísicas, empírica, com métodos e objeto próprios.

Uma vez que se compreenda que os aspectos objetivos e subjetivos da experiência não são coisas diferentes, mas diferentes pontos de vista da totalidade da experiência, a mente-substância “dá lugar ao conceito de processualidade⁴⁵ da mente como base para a compreensão dos processos psíquicos” (WUNDT, 1897 p. 314).

Quando passamos do conceito de substância mental para o conceito de processualidade da mente, o problema mente-corpo é logo deixado de lado. Mas se corpo e mente forem considerados enquanto substâncias, o problema permanece.

Se mente e corpo forem entendidos enquanto mesma substância, então os diferentes conteúdos da experiência da psicologia e das ciências naturais não poderiam mais ser entendidos e não haveria outra saída senão negar a independência entre estes. (WUNDT, 1897. p. 316).

Por outro lado, se entendemos mente e corpo enquanto substâncias diferentes, sua inter-relação seria um constante milagre. (WUNDT, 1987) Assim, a argumentação wundtiana segue na direção de pensar um paralelismo psicofísico

⁴⁵ À época do trabalho de qualificação a tradução por mim escolhida foi “realidade da mente”, baseada na tradução de língua inglesa. Por sugestão do Professor Saulo Araújo, adotei a tradução processualidade, uma vez que tal tradução exprime melhor a ideia de não-substancialidade. Outra boa possibilidade de tradução seria adotar “atualidade da mente”, sugerida pelo professor Eduardo Passos, também na ocasião da qualificação.

que não dependa de um constante milagre, tampouco negue a independência entre as duas causalidades (causalidade física e causalidade psíquica).

O problema mente-corpo, pautado a partir de uma perspectiva dualista desconsidera a dualidade referencial da experiência, que, a partir deste sistema é a real dualidade, uma vez que estes dois pontos de vista, mediato e imediato têm escopos distintos.

Portanto, não é preciso apostar no milagre da interação entre substâncias distintas, ou mesmo, entender o pensamento enquanto uma “secreção” da atividade cerebral, mas sim entender que os pontos de vista “interno” e “externo” acessam escopos diferentes da realidade.

Há uma distância, portanto, entre os fenômenos que podemos observar externamente (podemos incluir aí fenômenos naturais diversos) e os que podem ser conhecidos internamente (as representações destes fenômenos), o que resulta no fato de que a relação entre as ciências da natureza e a psicologia deve ser não de contradição, mas de complementaridade.

Quando substituimos este dualismo substancial pela ideia de processualidade da mente, não precisamos de relações puramente hipotéticas para sustentá-la. O dualismo deixa então de ser metafísico e passa a ser epistemológico. Tal passo precisa então ser melhor examinado a partir do método que Wundt então propõe para a investigação psicológica.

2.2 Wundt e o Método Científico

Para Wundt, uma vez que o objeto próprio da psicologia não é o conteúdo específico da experiência, mas sim a experiência geral em sua natureza imediata, a psicologia não poderia então utilizar outro método que não o método das ciências empíricas. (WUNDT, 1897).

Sobre isso Wundt também observa que o fato de que as ciências naturais fazem abstração do sujeito e a psicologia não, pode implicar modificações no uso dos métodos, mas não na natureza essencial dos métodos utilizados. (WUNDT, 1897).

Wundt (1897) distingue que as ciências da natureza se utilizam de dois métodos principais: experimento e observação. E então define o experimento como “uma observação na qual os fenômenos observáveis surgem e se desenvolvem pela ação voluntária do observador”.

A observação, para este, “estuda os fenômenos sem semelhante intervenção, tal como se apresentam ao observador na continuidade da experiência”. (WUNDT, 1897, p. 19)

O autor destaca também que a vantagem do método experimental é poder determinar voluntariamente a origem e o desenvolvimento do fenômeno e isolar as partes de um fenômeno complexo.

Ambos os métodos possuem usos distintos, sendo o método experimental mais necessário para certos problemas do que para outros, nos quais é possível chegar ao propósito desejado mediante simples observação. (WUNDT, 1897)

A partir desta distinção, outra se faz necessária, que é separar os fenômenos naturais em processos naturais e objetos naturais.

Por processos naturais Wundt (1897) entende fenômenos como movimentos de luz, descargas elétricas, o resultado de uma combinação química, etc. Tais fenômenos requerem experimentação para a exata determinação de seu desenvolvimento e para a análise de suas partes.

Destaca também que, por outro lado, os objetos naturais são permanentes, não necessitam que sejam produzidos em um momento determinado. Desta forma, são exemplos de objetos naturais os objetos da mineralogia, da botânica, da zoologia, da anatomia, geografia, dentre outras ciências cujo método se baseia em observação, a menos que nelas se introduzam problemas físicos, químicos ou fisiológicos, que são por definição, processos naturais. (WUNDT, 1897)

Trazendo estas considerações à psicologia, Wundt (1897) acredita que esta deve seguir o mesmo caminho das ciências naturais, uma vez que apenas é possível uma observação exata sob a forma de observação experimental e por isso jamais poderia ser uma ciência de mera observação. A exigência do método experimental para a psicologia se dá pelo fato de que o conteúdo da psicologia consiste em processos naturais e não em objetos naturais.

Para estudar a aparição e o curso exato destes processos, sua composição e as relações recíprocas de suas diversas partes, devemos, segundo este, “(...) produzir à nossa vontade estas aparições e poder variar as condições segundo nossos propósitos, o que unicamente é possível mediante o experimento e não pela mera observação”⁴⁶⁴⁷. (WUNDT, 1897, p. 20).

Entretanto Wundt (1897) também observa que o fato de que nas ciências da natureza fazemos abstração do sujeito cognoscente permite que sob certas condições seja possível servir-se da simples observação, ao passo que na psicologia tal não seria possível a menos que as mesmas partes objetivas da experiência imediata coincidissem repetidamente com o mesmo estado do observador.

Porém tal não seria possível devido à grande complexidade dos fenômenos psíquicos e também devido à intenção do observador, a qual altera substancialmente o princípio e o curso do processo psíquico. É por estas razões que segundo este, a psicologia é impelida ao método experimental. Segundo Wundt (1897, p. 21-22):

Uma sensação se apresenta em nós sob mais favoráveis condições para observação quando é causada por um estímulo sensorial externo, como, por exemplo, uma sensação de som por uma vibração sonora externa, ou

⁴⁶ “(...) bring about their beginning at will, and purposely to vary the conditions of the same. This is possible here, as in all cases, only through experiment, not through pure introspection”.

⁴⁷ Em inglês a expressão utilizada foi “pure introspection”, em espanhol a mesma expressão foi traduzida por “mera observación” e na versão italiana “coll'osservazione pura”. Para este trabalho resolvi seguir as traduções de língua espanhola e italiana.

uma sensação de luz por um estímulo luminoso externo. A representação⁴⁸ de um objeto se faz sempre originariamente determinada por um conjunto mais ou menos complexo de estímulos externos. Se desejamos estudar a forma pela qual uma representação é formada, não podemos escolher nenhum outro método senão imitar este processo natural. Deste modo, teríamos a grande vantagem de poder variar à vontade as mesmas representações, fazendo variar as combinações dos estímulos operantes nas representações e assim, conseguir uma explicação da influencia que cada condição especial exerce no novo produto⁴⁹.

Desta forma, o método experimental aplicado à psicologia, busca reproduzir em condições controladas processos naturais, com a ressalva de que as condições ideais para observação experimental em psicologia se dão a partir de sensações provocadas por estímulos externos.

Isto posto, temos em definitivo a maior diferenciação entre a introspecção clássica e o método wundtiano. A introspecção clássica da psicologia racional tem como foco a auto-observação, enquanto a psicologia experimental de Wundt tem como foco o controle experimental das condições objetivas do experimento, condições estas que se dão de maneira externa ao sujeito. Wundt então nega a possibilidade de auto-observação quando nega a possibilidade de basear a psicologia individual na simples observação.

Esta negativa se dá primordialmente em função do reconhecimento de que não é possível estudar os processos psíquicos estaticamente e que estes processos em si não são apreensíveis por observação direta. Apesar do que normalmente se acredita a respeito da psicologia Wundt, para este, os fenômenos psíquicos são essencialmente processuais⁵⁰.

⁴⁸ Em inglês a expressão utilizada foi "ideas" ao passo que as traduções de língua espanhola e italiana utilizaram palavras equivalentes à representação. Mais uma vez, optei por seguir as traduções de língua espanhola e italiana.

⁴⁹ "A sensation arises in us under the most favorable conditions for observation when it is caused by an external sense stimulus, as, for example, a tone-sensation from an external tone-vibration, or a light-sensation from an external light impression. The idea of an object is always caused originally by the more or less complicated cooperation of external sense-stimuli. If we wish to study the way in which an idea is formed, we can choose no other method than that of imitating this natural process. In doing this, we have at the same time the great advantage of being able to modify the idea itself by changing at will the combination of the impressions that cooperate to form it, and of thus learning what influence each single condition exercises on the product".

Contudo há também uma ressalva com relação à observação em psicologia: na psicologia também se apresentam fatos que, por mais que não sejam propriamente objetos, possuem características de natureza relativamente persistente e independente do observador e, além disto, possuem a característica de serem inacessíveis a uma observação experimental no sentido usual. (WUNDT, 1897) Para Wundt:

Estes fatos são os produtos espirituais que se desenvolvem na história da humanidade, como a língua, as representações mitológicas e os costumes. Sua origem e desenvolvimento se fundam em todas as partes em condições gerais psíquicas que se podem inferir de suas propriedades objetivas. Por isto também a análise psicológica destes produtos podem dar explicações sobre os processos psíquicos reais e de sua formação e de seu desenvolvimento. Todos estes produtos espirituais da natureza geral pressupõem a existência de uma comunidade espiritual de muitos indivíduos, mesmo quando suas raízes primitivas sejam evidentemente a propriedade psíquica pertencente de antemão ao homem individual. Por causa de sua dependência à comunidade, em particular, à comunidade social, todo este campo de investigação psicológica é designado por psicologia dos povos⁵¹, e distinta da individual, ou como pode ser chamada por causa de seu método predominante, psicologia experimental⁵². (WUNDT, 1897, p 23)

⁵⁰ Tal fato foi surpreendente para mim, dada a crítica de William James à *tertia wundtiana*. Ao perceber que Wundt defendia a psicologia como ciência da experiência e que para este a mente é processual, tenho a impressão de que não sei mais diferenciar os pontos de vista de ambos com relação a estas questões. Naturalmente não fui a primeira a notar essa proximidade e portanto devo atribuir a origem desta observação também ao trabalho de Judd, um dos tradutores de W. Wundt. Ver em: Judd, Charles H. **Radical Empiricism and Wundt's Philosophy**. *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*, Vol. 2, No. 7. 1905. P. 169-176.

⁵¹ O termo no original em alemão é *Völkerpsychologie*, que não possui uma tradução adequada para a língua portuguesa. Em sua tese de doutorado, Araújo (2010) optou por utilizar o termo original, mas tal opção não se apresenta para mim uma vez que não consultei o original em alemão e, portanto, tal solução seria incoerente com o restante do trabalho. Optei então por “psicologia dos povos” para acompanhar a tradução utilizada na maioria dos textos em português que tive acesso.

⁵² These facts are the *mental products* that have been developed in the course of history, such as language, mythological ideas, and customs. The origin and development of these products depend in every case on general psychical conditions which may be inferred from their objective attributes. Psychological analysis can, consequently, explain the psychical processes operative in their formation and development. All such mental products of a general character presuppose as a condition the existence of a mental *community* composed of many individuals, though, of course, their deepest sources are the psychical attributes of the individual. Because of this dependence on the community, in particular the social community, this whole department of psychological investigation is designated as *social psychology*, and distinguished from individual, or as it may be called because of its predominating method, *experimental psychology*.

Desta forma o problema da psicologia individual é primordialmente investigado a partir do método experimental, ao passo que no caso da psicologia dos povos, uma vez que seus objetos são “artefatos” culturais, é possível a observação e análise destes.

É importante marcar, entretanto, que estas duas partes da psicologia para Wundt não representam domínios diferentes, mas métodos diferentes de investigação dos fenômenos psíquicos.

A psicologia dos povos corresponde ao método da pura observação e seus objetos de observação são produtos do espírito⁵³. De uma perspectiva wundtiana, os produtos individuais do espírito são demasiadamente mutáveis para uma observação objetiva, portanto, apenas quando estes produtos individuais tomam a forma de fenômenos de uma coletividade há essa possibilidade.

Assim, a psicologia dispõe de dois métodos exatos: o primeiro, o método experimental, serve para a análise dos processos psíquicos mais simples; o segundo, a observação dos produtos mais gerais do espírito, serve para o estudo dos mais altos processos e desenvolvimentos psíquicos. (WUNDT, 1897)

2.3 Processos Volitivos

Para Wundt, toda emoção é constituída de processos afetivos inter-relacionados. Estes processos afetivos podem terminar de duas maneiras possíveis: podem se tornar uma variável e relativamente não-emocional sequência de sensações, que desaparecem sem nenhum resultado em especial (que ele define como emoções em sentido estrito), ou, passar por uma mudança repentina em seu conteúdo sensacional e afetivo que traz à emoção um fim instantâneo. (WUNDT, 1987)

⁵³ Na versão em inglês consta “mind products”, que poderia traduzir-se por “produtos mentais”. Não consegui decidir qual seria a mais apropriada.

À esta mudança no estado sensacional e afetivo, preparada para pôr fim a uma emoção, Wundt define como ato volitivo, ao passo que a emoção em adição a seu resultado é um processo volitivo. (WUNDT, 1987)

Um processo volitivo é, assim, relacionado à uma emoção, como um processo de uma fase superior, da mesma maneira que uma emoção está relacionada a uma sensação. Ato volitivo é o nome de apenas uma parte do processo, a parte que distingue uma vontade de uma emoção. (WUNDT, 1987)

Wundt entende que movimentos corporais resultantes de um curso anterior de ideias (como expressões faciais, por exemplo) podem estar associados a atos volitivos, desta forma, atos volitivos internos antecedem atos volitivos externos. Entretanto, os chamados atos volitivos internos, que são concluídos com efeitos sobre ideias e sentimentos, parecem para ele, produtos de uma inteligência mais desenvolvida. (WUNDT, 1897)

Quando um processo volitivo se torna um ato externo pode ser definido como uma emoção que fecha-se com um movimento corpóreo que tem - para além das características pertencentes a tais movimentos e, devido à qualidade e intensidade da emoção - a propriedade especial de produzir um efeito externo que remove a emoção em si. Para Wundt (1987, p. 184):

Um processo volitivo que se transforma em um ato externo pode ser definido como uma emoção que se conclui com um movimento pantomimético que tem, em adição às características pertencentes a todos os tais movimentos e, devido à qualidade e intensidade da emoção, a propriedade especial de produzir um efeito externo que remove a emoção em si. Tal efeito não é possível para todas as emoções, mas apenas para aqueles em que a rápida sucessão de sensações componentes *produz sentimentos e ideias que são capazes de remover a emoção anterior*. Este é, claro, mais geralmente o caso quando o resultado final da emoção é o oposto dos sentimentos anteriores. A condição psicológica fundamental para atos volitivos é, portanto, *o contraste entre os sentimentos*, e a origem das primeiras volições é, provavelmente, em todos os casos, rastreada até os sentimentos desagradáveis que provocam movimentos externos cujos resultados são contrastantes sentimentos prazerosos. A apreensão de alimentos para remover a fome, a luta contra os inimigos para apaziguar o sentimento de vingança, e outros processos similares são processos volitivos originais deste tipo⁵⁴.

⁵⁴ A volitional process that passes into an external act may be defined as an emotion which closes with a pantomimetic movement that has, in addition to the characteristics belonging to all such movements and due to the quality and intensity of the emotion, the special property of *producing an*

Ainda segundo Wundt (1897), as emoções oriundas das sensações sensoriais e das mais amplamente difundidas emoções sociais (amor, ódio, raiva e vingança) são para homens ou animais, a origem comum da vontade.

Uma volição se distingue, em tais casos de uma única emoção pelo fato de que à primeira foi adicionado aos seus componentes emocionais um ato externo que dá origem a sentimentos que, por meio de contraste com os sentimentos contidos na emoção, trazem a emoção em si a um fim.⁵⁵ (WUNDT, 1897, p. 184).

Para Wundt (1897, p. 185), “Quanto mais rico o conteúdo ideacional e afetivo da experiência, maior a variedade das emoções e de toda a esfera de volições”. Sentimentos ou emoções, ao menos em parte, preparam atos volitivos. Enquanto volições aparecem como a forma mais complexa de processos afetivos, considerando sentimentos e emoções como seus componentes, não se deve ignorar o fato de que sensações individuais aparecem continuamente e não se unem para formar emoções e ainda, emoções podem aparecer e não se tornarem atos volitivos. (WUNDT, 1897)

Na interligação total de processos psíquicos estes três estágios são condições um dos outros, e formam as partes relacionadas de um único processo que só se completa quando se torna uma volição. Neste sentido, um sentimento pode ser pensado como o início de uma volição, ou uma volição pode ser pensada

external effect which removes the emotion itself. Such an effect is not possible for all emotions, but only for those which the very succession of component feelings produces feelings and ideas which are able to remove the preceding emotion. This is, of course, most commonly the case when the final result of the emotion is the direct opposite of the preceding feelings. The fundamental psychological condition for volitional acts is, therefore, the *contrast between feelings*, and the origin of the first volitions is most probably in all cases to be traced back to unpleasurable feelings that arouse external movements whose results are contrasted pleasurable feelings. The seizing of food to remove hunger, the struggle, against enemies to appease the feeling of revenge, and other, similar processes are original volitional processes of this kind.

⁵⁵ A volition is distinguished in such cases from an emotion only by the fact that the former has added to its emotional components an external act that gives rise to feelings which, through contrast with the feelings contained in the emotion, bring the emotion itself to an end.

como um processo afetivo composto e também uma emoção pode ser considerada como uma fase intermediária entre os dois. (WUNDT, 1987)

As combinações de ideias e sentimentos que são os antecedentes imediatos do ato são chamados de *motivos da volição*, que por sua vez é dividido em um componente ideacional e um componente afetivo. O componente ideacional pode ser chamado de razão do movimento e o componente afetivo de força que impulsiona a ação. (WUNDT, 1987). Entretanto, Wundt (1987, p. 185) estabelece certa preponderância do componente afetivo sobre o componente ideacional:

Quando as emoções são, de caráter composto, as razões e as forças impulsionadoras são geralmente mistas, muitas vezes tão de grande extensão que seria difícil para o autor do ato decidir qual seria o motivo principal. Isto é devido ao fato de que as forças impulsionantes de um ato volitivo combinam, assim como os elementos de um sentimento composto fazem, para formar um todo unitário em que todos os outras impulsos estão subordinadas a um único predominante; as sensações de direção, como reforço e acelerando o efeito, os de sentido oposto enfraquecem. Nas combinações de ideias e sentimentos que chamamos de motivos, a importância decisória na preparação para o ato de vontade pertence aos sentimentos, isto é, às forças impulsionantes, antes das ideias. Isso decorre do fato de que os sentimentos são parte integrante do próprio processo volitivo, enquanto que, as ideias são de influência apenas indireta, através de suas conexões com os sentimentos. A suposição de uma volição decorrente de puras considerações intelectuais, de uma decisão contra as inclinações expressas nos sentimentos, é uma contradição psicológica em si mesma. Ele repousa sobre o conceito abstrato de uma vontade transcendental absolutamente distinta das reais volições psíquicas⁵⁶.

A combinação de ideias e sentimentos fornecem as condições essenciais para o desenvolvimento da vontade e também para a discriminação das formas

⁵⁶ When the emotions are, of composite character, the reasons and impelling forces are generally mixed, often to so great an extent that it would be difficult for the author of the act himself to decide which was the leading motive. This is due to the fact that the impelling forces of a volitional act combine, just as the elements of a composite feeling do, to form a unitary whole in which all other impulses are subordinated under a single predominating one; the feelings of like direction strengthening and accelerating the effect, those of opposite direction weakening it. In the combinations of ideas and feelings which we call motives, the deciding importance in preparing for the act of will belongs to the feelings, that is, to the impelling forces, rather than to the ideas. This follows from the very fact that feelings are integral components of the volitional process itself, while, the ideas are of influence only indirectly, through their connections with the feelings. The assumption of a volition arising from pure intellectual considerations, of a decision opposed to the inclinations expressed in the feelings, is a psychological contradiction in itself. It rests upon the abstract concept of a transcendental will absolutely distinct from actual psychical volitions.

individuais de atos volitivos. Os atos volitivos determinados por um único motivo são chamado de volições simples e os movimentos que os concluem são chamados de *atos impulsivos* (WUNDT, 1897).

Popularmente, todos os atos determinados por sensações sensoriais ou sentimentos comuns são geralmente chamados de atos impulsivos sem que se faça consideração se há apenas um ou uma pluralidade de motivos em sua determinação. Segundo esta perspectiva, essa base de discriminação é inadequada e a completa separação entre atos impulsivos e atos volitivos como qualidades distintas de processos psíquicos são injustificáveis. (WUNDT, 1987)

Quando diversos sentimentos e ideias que vão na mesma direção tendem a produzir ação externa e quando os componentes de um curso emocional se tornam motivos, então deixam de ser um ato simples e passam a ser um processo volitivo complexo. Para distingui-los dos atos impulsivos que os precedem na linha de desenvolvimento, Wundt os chama de *atos voluntários*. (WUNDT, 1987)

Atos voluntários e impulsivos têm em comum a característica de serem provenientes de motivos únicos ou de complexos de motivos que se fundem e operam como uma única e inequívoca força propulsora. Eles diferem no fato de que nos atos voluntários um motivo decisivo emerge para dominar entre motivos simultâneos e antagônicos. (WUNDT, 1897)

Quando um conflito claramente perceptível entre estes motivos antagônicos precede o ato, no chamamos a volição pelo nome particular de *ato seletivo* e ao processo precedente chamamos *escolha*. (...) Mas percebemos estes conflitos ora claramente, ora obscuramente e ora não os percebemos. Apenas no primeiro caso podemos falar de ato seletivo no sentido apropriado. A distinção entre atos voluntários e seletivos não se dá de forma clara e rápida. Ainda assim, em atos voluntários ordinários o estado físico é mais parecido com atos impulsivos⁵⁷.

⁵⁷ When a clearly perceptible strife between these antagonistic motives precedes the act, we call the volition by the particular name *selective act*, and the process preceding it a *choice*. (...) But we perceive this strife now clearly, now obscurely, and now not at all. Only in the first case can we speak of a selective act in the proper sense. The distinction between voluntary and selective acts is by no means hard and fast. Still, in ordinary voluntary acts the psychological state is more like that in impulsive acts (...)

O processo psíquico que precede imediatamente o ato, no qual o motivo final repentinamente ascende, é chamado, no caso de atos voluntários de resolução e no caso de atos seletivos é chamado de decisão. O primeiro indica simplesmente que tal ação deve ser realizada em conformidade com um motivo conscientemente adotado e o segundo implica que vários cursos de ação foram apresentados como possíveis e que uma escolha foi feita.

Os primeiros estágios de uma volição não são claramente distinguíveis de um processo emocional ordinário, ao passo que os últimos estágios são muito característicos.

Os últimos estágios são caracterizados por sentimentos que os acompanham, os quais não estão presentes a não ser em volições e devem por isso, ser considerados como “elementos específicos peculiares à vontade” (WUNDT, 1897, p. 189). Estes sentimentos específicos são de resolução e de decisão. A diferença entre ambos é de intensidade (o sentimento de decisão é mais intenso do que o de resolução).

Resolução e decisão são, para Wundt (1897), sentimentos relaxantes ou excitantes e podem estar associados a fatores agradáveis ou desagradáveis. O sentimento de decisão se apresenta como mais intenso do que o de resolução provavelmente em função do anterior sentimento de dúvida. A oposição entre a dúvida e a decisão seria responsável então pela maior sensação de relaxamento.

Quando o ato volitivo começa, os sentimentos de resolução ou decisão dão lugar ao sentimento específico de *atividade*, o qual possui um substrato sensacional - no caso de atos volitivos externos – na sensação tátil interna que acompanha o movimento. O sentimento de atividade é claramente excitante em seu caráter, e é, dependendo dos motivos da volição, acompanhado por elementos ora prazerosos, ora desprazerosos, que podem alternar-se ou variar no decurso do ato. (WUNDT, 1897)

Wundt considera o sentimento de atividade como um processo de ascensão e queda temporal, que se estende pelo ato inteiro e passa pelos sentimentos mais diversos, como os de realização, satisfação ou decepção ou por emoções que se relacionam com o resultado do ato. Atos volitivos se distinguem de atos

compulsivos, pois no caso dos atos compulsivos, não há sentimentos anteriores de resolução e decisão. (WUNDT, 1897).

Na transição entre o ato volitivo simples e o ato volitivo complexo há uma série de mudanças de grande importância para o desenvolvimento da vontade. A primeira destas mudanças consiste no fato de que as emoções que introduzem as volições perdem sua intensidade como resultado da oposição de sentimentos diferentes e mutuamente inibitórios, o que pode dar a impressão de que um ato volitivo pode resultar de um estado não emocional. (WUNDT, 1897)

O enfraquecimento das emoções é proveniente de combinações de processos psíquicos que chamamos de desenvolvimento *intelectual*. Os processos intelectuais podem nunca acabar em emoções, mas podem, ao contrário, ser fonte de novas e características emoções. Apesar de ser uma impossibilidade psicológica haver uma volição determinada por motivos puramente intelectuais, o desenvolvimento intelectual exerce moderada influência nas emoções, “(...) principalmente nas emoções que preparam o caminho para atos volitivos, quaisquer que sejam os motivos intelectuais contidos nestes.” (WUNDT, 1897, p.191).

Isto pode ser devido, ao menos em parte, à oposição dos sentimentos que em geral está presente no lento desenvolvimento das motivações intelectuais, normalmente, as emoções são mais intensas quando seus sentimentos componentes aumentam rapidamente. (WUNDT, 1897)

Conectado a esta moderação dos componentes das volições que estão sob influência de motivos intelectuais está outra mudança. Esta mudança consiste no fato de que o ato que conclui a volição não é um movimento externo. O efeito que remove a emoção excitante é em si mesmo um processo psíquico que não se manifesta através de qualquer sintoma externo. (WUNDT, 1897).

Este efeito, que é por princípio imperceptível ao observador externo, é chamado de ato volitivo interno. Pelo fato de que a transição entre o ato volitivo interno e o ato volitivo externo está intimamente ligada ao desenvolvimento intelectual, os processos intelectuais são explicados em grande parte pela influência das volições no curso de ideias. A volição é concluída neste caso com alguma

mudança no curso de ideias, a qual segue motivos precedentes como resultado de uma decisão ou resolução.

Atos volitivos internos são acompanhados por sentimentos (mais ou menos acentuados) de satisfação, de remoção da tensão emocional e afetiva que os precede, de modo que, a diferença entre estas volições relacionadas ao desenvolvimento intelectual e as formas anteriores é que neste caso o efeito final da vontade não se manifesta em um movimento corporal externo. Entretanto pode haver um movimento corpóreo que seja resultado secundário de um ato volitivo interno nas ocasiões em que a solução deste ato volitivo interno se refira a um ato externo a ser executado posteriormente. Para Wundt (1897, p. 192), “Em tal caso o ato em si mesmo sempre resulta de uma volição externa especial na qual motivos decisivos provêm de uma volição interna precedente, mas que devemos considerar como um novo processo distinto do anterior.” E ainda:

Então, por exemplo, a formação de uma resolução para executar um ato no futuro, sob certas condições esperadas, é uma volição interna, enquanto a última, o desempenho do ato é uma ação externa diferente da primeira, mas requerida como um antecedente necessário. É evidente que quando um ato volitivo externo surge de uma decisão após um conflito entre motivos, nós temos uma transição na qual é impossível distinguir claramente entre as duas formas de volição, ou seja, que consista em um único processo unitário composto de dois tais processos, um interno e um externo. Em tal forma transicional, se a decisão é completamente separada no tempo do ato em si, pode ser considerado como um ato volitivo interno preparatório para a execução⁵⁸. (WUNDT, p.192)

Quando volições complexas que possuem o mesmo motivo (ou motivos) são repetidas com frequência, o conflito entre motivos surge menos intensamente e então, motivos que eram opostos e foram superados em ocasiões anteriores perdem força e finalmente, desaparecem completamente e desta forma, um ato complexo se torna um ato simples ou impulsivo. A este processo, Wundt denomina retrogradação.

⁵⁸ Thus, for example, the formation of a resolution to execute an act in the future under certain expected conditions, is an internal volition, while the later, performance of the act is an external action different from the first, but requiring it as a necessary antecedent. It is evident that where an external volitional act arises from a decision after a conflict among the motives, we have a transition in which it is impossible to distinguish clearly between the two kinds of volition, namely that consisting in a single unitary process and that made up of *two* such processes, an internal and an external. In such a transitional form, if the decision is at all separated in time from the act itself, it may be regarded as an internal volitional act preparatory to the execution.

A retrogradação dos complexos volicionais demonstra a impropriedade de limitar o conceito de “impulsivo” aos atos da vontade que são decorrentes de sensações-sensoriais.

A etapa de retrogradação reúne todos os fatos externos de um ser vivo: tanto atos volitivos quanto movimentos automáticos reflexos. Quando certos atos (volitivos) são praticados repetidamente, tornam-se atos impulsivos, que são mais fracos e transitórios. A repetição destes atos por fim os torna automáticos e assim, um processo volitivo se torna um simples processo reflexo.

A redução gradual dos processos volitivos a processos reflexos dependem essencialmente da eliminação dos elementos que se dão entre o início físico e o fim do ato. Para Wundt, provavelmente esta retrogradação é a origem de todos os movimentos reflexos (em homens ou animais inferiores), e então aponta duas evidências: a primeira diz respeito à ocorrência da redução dos atos volitivos a processos mecânicos e a segunda diz respeito ao caráter apropriado dos reflexos, que apontam para a presença (em algum momento) de uma ideia emocional como motivo. (WUNDT, 1897).

Segundo o sistema wundtiano, as teorias da vontade desenvolvidas pelos psicólogos mais antigos consideram apenas os atos externos da vontade, o que teve como resultado a tendência de negligenciar os atos volitivos internos, ao mesmo tempo em que dão pouca atenção aos antecedentes aos atos externos e consideram no máximo os componentes ideacionais mais marcantes de seus motivos. Ressalta também o erro destes psicólogos mais antigos ao considerarem os atos impulsivos como relacionados a reflexos e não como ação da vontade. (WUNDT, 1897).

Outra crítica que Wundt faz a estes psicólogos diz respeito ao fato de não considerarem os atos volitivos a partir de seus componentes ideacionais, de seus motivos antecedentes e de condições psíquicas que atuam sobre seus motivos. Para estes, a volição é um processo para além de seus motivos, independente destes, produto de uma faculdade volicional metafísica. (WUNDT, 1897).

Um ponto da teoria de Wundt que merece destaque diz respeito ao fato de que os processos psíquicos em sua maioria são processos volitivos e os reflexos

puros têm também sua origem em processos volitivos (provavelmente, segundo este). Por outro lado, um processo volitivo não existe como fruto de uma elaboração puramente racional, mas sim, em contato com as sensações do mundo e com as emoções provenientes destas. (WUNDT, 1897).

2.4 A Síntese Criadora

Para Wundt (1897), existem três leis psicológicas de relação: leis de resultantes psíquicos, de relações psíquicas e de contrastes psíquicos. Neste item será comentada apenas a lei de resultantes psíquicos.

A lei de resultantes psíquicos consiste no fato de que os compostos psíquicos podem ser compreendidos a partir dos atributos de seus elementos, uma vez que sejam apresentados. Tal fato não quer dizer, de forma alguma, que os atributos dos compostos psíquicos podem ser entendidos como mera soma dos atributos de seus elementos. Por exemplo, “um tinir composto é mais em seus atributos ideacionais e afetivos do que apenas uma soma de sons simples”. (WUNDT, 1897).

Segundo Wundt (1897), as teorias nativistas que assumem que os compostos psíquicos podem ser entendidos como simples soma de seus elementos criam para si próprias contradições insolúveis, pois na medida em que admitem alterações posteriores nas percepções de tempo e espaço originais, são levados a admitir o aparecimento de novos atributos.

Nas funções aperceptivas e nas atividades da imaginação e entendimento, a lei de resultantes psíquicos encontra expressão de forma mais claramente reconhecível. Não apenas os elementos unidos por síntese aperceptiva ganham, na ideia agregada que resulta de sua combinação, um novo significado que eles não tinham em seu estado isolado, mas o que é de importância ainda maior. Por meio de síntese aperceptiva, os elementos unidos ganham, na ideia agregada que resulta de sua combinação, um significado novo que não tinham anteriormente, em seu estado isolado. (WUNDT, 1897).

Ou seja, existe um elemento inteiramente novo, mas que apenas é possível a partir destes elementos. Observamos tal fato mais notavelmente em produções mais complexas, como por exemplo, em uma obra de arte. A lei de resultantes psíquicos, para Wundt (1897), expressa, em função de seus resultados, um princípio de síntese criadora. Geralmente esta síntese é notada em casos de criações mentais mais complexas, mas em geral é negligenciada no caso de outros processos psíquicos.

Há uma “polêmica” em relação a este princípio, que diz respeito a uma possível contradição entre o princípio de síntese criadora e o princípio de conservação de energia. Segundo Wundt (1897), esta é na verdade uma falsa questão, uma vez que os pontos de vista tomados no julgamento e medição das ciências naturais e na psicologia não se referem a conteúdos diferentes da experiência, mas sim, ao mesmo conteúdo visto por aspectos diferentes. As medições físicas se referem a massas objetivas, forças e energias (sendo estes, conceitos subsidiários que utilizamos ao julgar a experiência objetiva), ao passo que as medições psíquicas são relativas a valores subjetivos e seus fins. Neste caso, o valor subjetivo do conjunto pode aumentar em comparação com o valor de seus componentes, sem qualquer alteração das massas, forças e energias em causa. (WUNDT, 1897). Nas palavras de Wundt:

Os movimentos musculares de um ato volitivo externo, os processos físicos que acompanham a percepção sensorial, associação e apercepção, irão seguir invariavelmente o princípio de conservação de energia. Entretanto os valores mentais e fins que estas energias representam podem ser muito diferentes em quantidade, mesmo quando a quantidade destas energias permanece a mesma⁵⁹. (WUNDT, 1897, p. 322-323).

Desta forma, temos que as medições físicas são relativas a valores quantitativos, e se referem, portanto, à quantidade dos fenômenos medidos, ao passo que as medições psíquicas lidam com valores qualitativos, que variam em grau no que diz respeito a seu caráter. Então, a capacidade de produzir efeitos

⁵⁹ The muscular movements of an external volitional act, the physical processes that accompany sense-perception, association, and apperception, will follow invariably the principle of the conservation of energy. But the mental values and ends that these energies represent may be very different in quantity even while the quantity of these energies remains the same.

puramente quantitativos (energia física) é claramente distinta da capacidade de produzir valores (energia psíquica). Desta forma podemos, não apenas conciliar o aumento de energia psíquica com a constância de energia física, mas também podemos encontrar nestes dois aspectos, padrões que são reciprocamente complementares para a análise da experiência em sua totalidade. (WUNDT, 1897)

3 A ATUALIDADE DE WUNDT

3.1 Experiência Subjetiva e Problema Mente-Corpo

A proposta deste trabalho, como já foi esclarecido anteriormente, é pensar a obra wundtiana a partir de sua atualidade, do que esta pode trazer de pertinente para pensar a psicologia. Um dos pontos levantados ainda no capítulo 1 diz respeito às múltiplas definições da psicologia. Uma vez que a definição de psicologia de Wundt é relativa à experiência subjetiva, o que aqui está serve para pensar as possíveis psicologias que se voltam ao problema da consciência, o que exclui da análise as psicologias voltadas para a conduta.

O primeiro ponto importante quando analisamos o sistema conceitual wundiano se dá a partir do fato de que se trata de uma psicologia que se propõe não metafísica⁶⁰, entendendo que o conceito de mente (enquanto ente substancializado) é uma noção que segundo este autor, não deve ter lugar em uma psicologia empírica, principalmente porque o conceito de mente-substância não é um conceito que obtemos a partir da experiência, mas sim a partir de uma necessidade mitológico-metafísica de explicar a consciência. Para este, a psicologia deveria, a exemplo das ciências naturais, superar esta fase mitológico-metafísica.

Wundt expõe duas definições tradicionais de mente que deseja combater. A primeira posição é a materialista, que atribui os fenômenos psíquicos a atividade da matéria cerebral. Esta posição se mantém como atual, principalmente a partir das ascendentes neurociências, que buscam explicar a experiência psicológica através da neuroanatomia e da neurofisiologia, que em última análise supõem uma antropomorfização do cérebro na qual “a matéria pensa”. O materialismo de tempos atuais têm por mérito uma posição monista com relação ao problema mente-cérebro, mas esbarram no fato de que até então muito pouco podem fazer no sentido de

⁶⁰ Para Araújo (2007) a psicologia da Wundt na maturidade se volta justamente à metafísica, o que não quer dizer que em algum momento tenha se voltado a uma definição de mente substancial.

resolver o salto que há entre a neurofisiologia e a cognição. As pesquisas com neuroimagem certamente tornam a situação atual privilegiada, mas boa parte do que se afirma com relação à atividade mental e seu mapeamento no cérebro tem base especulativa.

De outro lado está a posição espiritualista (ou dualista), que entende os fenômenos psíquicos enquanto produtos de um ente imaterial. Na atualidade poucos defenderiam um dualismo do estilo cartesiano, mas a posição neo-dualista com relação ao problema mente-cérebro permanece forte justamente porque assumir uma posição radicalmente fisicalista elimina a subjetividade da psicologia (e com ela boa parte da própria psicologia).

Mas Wundt entendeu que o problema mente-corpo, ou em termos mais atuais, problema mente-cérebro, é insolúvel nestes termos, porque uma das soluções possíveis leva a uma posição que remete a um passado inconveniente da psicologia e outra, significaria o fim da psicologia enquanto saber autônomo. Nenhuma das soluções tradicionais lhe parece satisfatória para o estabelecimento da psicologia científica.

Ainda há uma outra questão, ainda mais fundamental, pois Wundt (1987) acredita que o principal erro destas duas soluções é entender a experiência interna e a experiência externa como coisas absolutamente distintas.

Wundt critica a psicologia empírica, que, baseada na introspecção, entende a psicologia como ciência da experiência interna, por considerar que esta concepção abre espaço para o entendimento de que a psicologia se ocupa de objetos completamente distintos dos objetos da dita experiência externa, ao mesmo tempo em que também recusa definição da psicologia metafísica por defender que a psicologia deve ser uma ciência autônoma, com métodos e objetos próprios.

Para Wundt, experiência interna e experiência externa são dois aspectos de uma única experiência. Dada a unidade da experiência, temos mente e corpo não como entidades separadas, tampouco também temos um monismo materialista que eliminaria a psicologia. Neste sentido, a experiência é uma unidade.

Experiência interna e experiência externa não coisas distintas, mas formas distintas de conhecer. Do ponto de vista da experiência, o problema mente-corpo é um falso problema, uma vez que o dualismo não advém de uma intuição da experiência, mas de um problema essencialmente metafísico.

A solução wundtiana não é apenas original, mas também estabelece para a psicologia um objeto e um método próprio. Estabelecer a experiência imediata como objeto para a psicologia e retirar da psicologia o conceito substancial de mente é certamente uma das grandes virtudes do sistema wundtiano.

Eleger a experiência dependente de um sujeito como objeto é colocar o sujeito no centro do saber psicológico, sem incorrer em uma redução fisiológica, como se os processos psíquicos fossem mero secreção cerebral (ideias aliás bem compartilhada por fisicalistas radicais).

O não-reducionismo à fisiologia cerebral é um tema que permanece extremamente atual na psicologia, principalmente com a ascensão das neurociências, da neuropsicologia e das ciências cognitivas (fortemente influenciadas pelo advento do computador). A tendência fisicalista atual subordina a psicologia às neurociências e expõe o eterno retorno da falibilidade dos fundamentos da psicologia. A definição da consciência se constituiu ao longo da história da psicologia enquanto ponto fraco em toda tentativa de independência em relação a outras ciências.

A experiência imediata como objeto da psicologia não encontrou uma continuidade na psicologia. Dentre os principais teóricos da psicologia, embora

grande parte destes tenha sido direta ou indiretamente formada por Wundt, não encontramos a continuidade deste projeto, ou mesmo, conceitos correlatos. Para Araújo (2010b), a não continuidade do projeto wundtiano se deveu ao fato de que, apesar de Wundt ter formado diversos psicólogos experimentais que de volta a seus países de origem, fundaram laboratórios com estrutura semelhante, mas embora seu método tenha sido muito difundido, o mesmo não se pode dizer de seu sistema teórico. Nas palavras de Araújo (2010b, p.12):

Em primeiro lugar, é preciso notar que só em vida Wundt foi verdadeiramente influente. Logo após a sua morte, esta influência declinou rapidamente até chegar ao abandono e ao esquecimento (Brozek, 1980; Rieber, 2001). Em segundo lugar, nem mesmo no século XIX sua influência foi absoluta, pois havia muitos programas de pesquisa rivais, como os de Hermann Ebbinghaus (1850-1909), George Elias Muller (1850-1934), Oswald Külpe, entre outros (Danziger, 1979; Haupt, 2001; Benetka, 2002). Além disso, sua influência precisa ser mais bem delimitada. Em outras palavras, o seu laboratório e, sobretudo, os aparelhos e técnicas experimentais foram assimilados e reproduzidos ou adaptados às condições específicas de cada país, mas não o seu sistema teórico como um todo, que era bem mais abrangente e complexo do que era transmitido nas atividades experimentais.

Desta forma, embora o método experimental de Wundt tenha sido amplamente difundido, seu projeto de psicologia foi abandonado. Em termos atuais, não seria o caso de repetir os experimentos de Wundt, mas uma possibilidade viável seria a retomada da experiência imediata enquanto território da psicologia, a partir de um entendimento da consciência não enquanto substância, mas como processualidade.

Retornando à questão da “ocupação” ou mesmo, da “reocupação” de espaços na psicologia, proponho aqui algo próximo de uma hipótese: o desocupar da experiência imediata enquanto território privilegiado da psicologia não seria criar espaço para que ela seja ocupada pelas neurociências, abrindo assim mão de sua tão frágil autonomia? Interessa à psicologia com isso tornar-se subordinada a uma causalidade física, a um determinismo biológico? Em tempos de ato médico, de uma

psicofarmacologia cada vez mais avançada e de grandes avanços na área de inteligência artificial, qual será o espaço privilegiado da psicologia senão o da experiência subjetiva?

3.2 Os Processos Volitivos e a Síntese Criadora na Organização da Vida Mental

A partir da perspectiva wundtiana, os processos volitivos detém maior preponderância (em detrimento de outros processos) na organização da vida mental. Tal noção pode ser confirmada a partir do fato de que – como dito no capítulo anterior, no item 2.3 – mesmo os atos reflexos possuem em sua origem, atos volitivos, por retrogradação.

Uma das evidências que comprovam a gênese dos atos reflexos a partir de atos volitivos, para este, consiste na adequação dos atos reflexos, os quais parecem provir de uma relação, ainda que rudimentar, com emoções e sentimentos⁶¹. Tal visão faz o caminho inverso do senso comum, que considera que ao contrário, atos reflexos estariam na base da vida mental e possivelmente engendrariam atos mais complexos. Esta visão é interessante por privilegiar a agência dos sujeitos (humanos ou não) em detrimento de uma visão mecânica e determinista da natureza.

Devemos em grande parte ao sistema cartesiano a noção de natureza mecânica, uma vez que data de Descartes a separação substancial entre extensão e pensamento, na qual a natureza em sua totalidade assume o lugar do mecanicamente determinado.

⁶¹ Com relação a este aspecto da teoria wundtiana, creio que uma interpretação plausível do que este chama de “adequação” se refere a adequação para a vida, ou seja, os reflexos servem à conservação da vida. Tendo em vista que atos reflexos possuem tal adequação, o mesmo infere ter existido (e neste caso, o mesmo admite alguma espécie de transmissão que pode ou não ser genética) em algum momento, emoções e sentimentos relacionados a estes que por força da repetição, foram enfraquecidos até desaparecerem por completo.

Uma das consequências da adesão a esta tese é considerar que a natureza funciona de forma regular e previsível e que pode ser controlada. No caso das ciências humanas temos duas extremidades perigosas: a primeira, que recusa o homem enquanto um ser natural e o coloca em oposição à natureza, possuidor de uma racionalidade inextensa que o torna especial em relação aos demais seres e no outro extremo a admissão de que o homem não difere da natureza, mas esta é entendida como controlável e previsível, o que tornaria por princípio o homem como igualmente controlável e previsível. Estes são exatamente os dois extremos (posição materialista e posição dualista) que Wundt busca contrapor em seu sistema, como já citado anteriormente.

A partir do sistema wundtiano, podemos pensar a experiência subjetiva humana como corpórea, porém não mecânica. Porque a experiência subjetiva está para além de sua expressão física e esta diferença não é explicada por uma alma metafísica, mas porque a experiência analisada a partir do ponto de vista interno precisa ser avaliada a partir de uma perspectiva qualitativa e não quantitativa. Desta perspectiva, causalidade física e causalidade psíquica são dimensões diferentes da experiência.

Outro ponto que é importante marcar é que a noção de “vontade” em Wundt também difere do senso comum, que considera que vontade como um ato que pode ser estritamente racional. A vontade funciona a partir de conteúdos ideacionais e afetivos, e neste caso, os atos do sujeito são provenientes de sua interação com o mundo, com suas percepções sensoriais, suas inclinações pessoais e também, de acordo com sua racionalidade. Mas a racionalidade defendida por Wundt também agrega, por sua vez, conteúdos afetivos.

Da mesma forma, podemos pensar a noção de síntese criadora, a qual é talvez, o conceito wundtiano mais original e ao mesmo tempo menos compreendido. Da perspectiva Wundtiana, os compostos psíquicos podem ser compreendidos a partir dos atributos dos elementos que os compõem, no entanto, tal fato não significa que estes compostos consistam apenas na junção destes elementos. Apesar do fato de que os atributos dos elementos que compõem os processos mentais serem de grande importância para o entendimento destes compostos psíquicos, Wundt entende que os compostos mentais são irreduzíveis a seus elementos. Tal visão

difere do associacionismo de Stuart Mill em função de, para este, a síntese é explicada a partir dos próprios elementos. No caso da síntese criadora, como o próprio nome já indica, há a adição de novos elementos. A síntese criadora, apesar de constituir um princípio geral de organização da vida mental e estar portanto, presente mesmo em compostos mais elementares, é mais facilmente notada em processos mentais superiores.

Segundo Araújo (2009), o princípio de síntese criadora é um desdobramento da causalidade psíquica⁶², sendo um dos conceitos centrais do sistema wundtiano. Nas palavras de Araújo (2009, p.217):

(...) síntese criadora, uma das ideias centrais na psicologia wundtiana e que a diferencia de outras teorias psicológicas da época. Para Wundt, embora os complexos psíquicos sejam compostos por elementos simples, eles possuem características próprias, que não pertencem a nenhum de seus elementos em particular. Isso acontece graças ao processo psíquico que Wundt chamou de fusão (*Verschmelzung*), que é um dos tipos possíveis de ligação dos elementos. É, pois, através da fusão que a causalidade psíquica se manifesta, produzindo as novas propriedades qualitativas de nossa experiência subjetiva. Podemos afirmar, portanto, que a fusão é o processo mental primário - na medida em que funda a complexidade psíquica -, enquanto que a associação é apenas um processo secundário, o que distancia Wundt da tradição do associacionismo britânico. (ARAÚJO, 2009)

Assim, temos que a organização da vida mental segundo esta perspectiva, se dá a partir da ação da vontade e da criação, mesmo no que diz respeito aos processos mentais mais elementares. Este fato, aliado à sua ideia de causalidade psíquica e processualidade da mente nos oferece um panorama que distancia

⁶² Causalidade física e causalidade psíquica são dois conceitos utilizados por Wundt para estabelecer as especificidades dos processos mentais em relação aos processos físicos. Para Araújo (2009), a raiz destes dois conceitos pode ser localizada na hipótese da harmonia pré-estabelecida de Leibniz, e embora contenha variantes, caracteriza-se principalmente pela afirmação de que o físico e o psíquico são processos paralelos, que não interagem entre si e que não podem ser reduzidos um ao outro. A diferença entre a hipótese da harmonia pré-estabelecida e Wundt é que a independência e complementaridade destes dois princípios não são atribuídos a uma explicação metafísica, mas sim se sustentam em um fato empírico, que é a irreducibilidade da nossa própria experiência subjetiva na vida cotidiana. Ver em: ARAÚJO, ARAÚJO, Saulo de Freitas. Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 7, n. 2, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167831662009000200003&lng=en&nrm=iso>.

Wundt dos demais psicólogos experimentais de sua época e nos aproxima da possibilidade de pensar seu sistema a partir de sua pertinência para a psicologia atual.

De fato, serão necessários muitos outros trabalhos nesta direção, até que possamos nos apropriar deste sistema teórico de maneira mais completa e adequada à nossa época, mas este debate precisa ser colocado. Assim como precisam ser colocados em pauta qual é o estatuto da psicologia atual. Isto, não por uma necessidade extrínseca a nós, mas por uma questão de fundamentos da própria psicologia.

Não basta colocar a psicologia no lugar da dispersão e apenas positivá-la por este aspecto. Apenas afirmar a multiplicidades de saberes psicológicos sem discutir os fundamentos da psicologia produz um esvaziamento político que, levado às últimas consequências, produz um “vale-tudo”. Isto se torna especialmente preocupante quando voltamos nosso olhar para as práticas psicológicas atuais e vemos psicólogos utilizando seus títulos acadêmicos para promover, por exemplo, a cura de homossexuais⁶³.

Logicamente, não se afirma aqui que desejo prescrever uma única psicologia baseada teoria wundtiana e sequer me propus estudar Wundt a partir apenas de inclinações pessoais, mas o interesse pelo sistema wundtiano parte justamente pela discussão dos fundamentos.

Mesmo que as ideias de Wundt possam talvez não ser plausíveis na atualidade, é importante que a discussão seja colocada em pauta, ainda que desde já possamos assumir que não temos compromisso com fundamentos eternos e que jamais chegaremos a um consenso.

A importância da discussão não consiste em tornar a psicologia um saber puro e completamente delimitado dentre os outros saberes, mas, da mesma forma

⁶³ O caso da psicóloga Rozângela Alves Justino, que há 20 anos diz curar homossexuais e que ganhou notoriedade em função de sofrer censura pública pelo CFP está longe de ser um caso isolado. Agora, em 2012, a bancada evangélica busca aprovar o projeto de lei de autoria do deputado João Campos que prevê que psicólogos possam “curar” homossexuais.

que as ciências naturais tiveram sua crise de fundamentos, precisamos também de nossa própria crise. Precisamos ocupar a psicologia, povoar a questão dos fundamentos ou do contrário, como já vem acontecendo rapidamente, estaremos à mercê de práticas que visam cada vez mais um completo distanciamento do nosso objeto primordial: a experiência subjetiva humana.

CONCLUSÃO

Ocupar a Psicologia

Esta dissertação nasceu como um trabalho de epistemologia e história da psicologia, tributário de um percurso na psicologia, de um trabalho como monitora, mas principalmente, de uma impertinência. De uma impertinência e certamente de uma grande obstinação, no sutil fio entre a coragem e a insanidade. Este trabalho se perdeu por algumas vezes porque afirmar, ocupar e transgredir são atitudes amplamente desencorajadas pela ideologia dominante.

Devo à formação que tive o entendimento de que o conhecimento - e neste momento me refiro à produção teórica, forma de conhecimento privilegiado da academia – é um campo essencialmente político, é o terreno privilegiado da política em processo. A política em processo, a produção de modos de saber, fazer e existir.

Nunca foi intenção desta pesquisa fazer de Wundt uma relíquia irretocável, mas sim, encher de política um campo aparentemente teórico e distanciado da realidade. Não é difícil entender a psicologia do final do século XIX como algo distante da vida, pois não havia por parte dos psicólogos desta geração a intenção de fazer da psicologia um saber pragmático.

A realidade da psicologia atual nos mostra duas espécies de dispersão que precisamos lidar. A primeira forma de dispersão diz respeito aos diversos campos de atuação e diversas concepções teóricas possíveis na psicologia. Essa dispersão é positiva, necessária e seria absolutamente indesejável que de repente a psicologia se tornasse um saber único. Os diversos campos problemáticos que envolvem a psicologia seriam praticamente impossíveis de ser unificados.

A outra forma de dispersão consiste em um certo esvaziamento político da psicologia que, ao manter a discussão acerca dos fundamentos restrita à academia⁶⁴, abre a possibilidade de que outros profissionais nos prescrevam como devemos trabalhar e em que termos⁶⁵. Os motivos desta dispersão podem ser atribuídos a diversos fatores e inclusive à pluralidade dos “saberes psi” e de seus diversos campos de atuação, que dificultam a possibilidade de agenciar politicamente a psicologia na direção de discutir suas bases e ocupar sua memória coletiva. Mas grande parte desta dispersão diz respeito à formação do psicólogo, e neste momento me refiro à formação do psicólogo no Brasil, uma vez que não tenho acesso a outras realidades.

A primeira dificuldade diz respeito às obras que podemos ter acesso: muitas obras importantes não têm traduções em português, ou têm, mas precisam ser importadas de Portugal. Das traduções que existem, muitas estão esgotadas na editora ou então são traduções de segunda mão⁶⁶. A verdade é que no Brasil, livros são artigos de luxo que poucos podem pagar e somado a isto, temos a má qualidade de nossas bibliotecas e mesmo em uma grande universidade federal como a UFF, este problema é notado.

Para estudar história da psicologia no Brasil, a situação é ainda mais crítica, uma vez que a maior parte dos textos clássicos da história da psicologia não foram traduzidos para o português. Estes textos existem em inglês, espanhol, italiano, francês e alemão, mas em português, não. Por meio da internet é possível encontrar

⁶⁴ A discussão acerca dos fundamentos da psicologia não está restrita à academia por uma deficiência desta, mas sim, em função de exigências extrínsecas a esta. A forma como os psicólogos são inseridos na sociedade como profissionais produz muito deste esvaziamento, uma vez que discutir as bases filosóficas, éticas e políticas da psicologia contrariam a lógica produtiva em que estamos inseridos.

⁶⁵ Como exemplo deste tipo de acontecimento, temos a repercussão da Resolução 009/2010, que gerou ameaças (por parte do judiciário) de penalização criminal aos psicólogos e às psicólogas que se negassem a realizar o exame criminológico. Outro exemplo gritante e mais cotidiano se refere ao fato de que atualmente não é incomum que psiquiatras e neurologistas encaminhem pacientes para a Terapia Cognitivo-Comportamental. Independente de concordar ou discordar da TCC é importante marcar que não são os médicos ou quaisquer outros profissionais que devem prescrever de que forma os psicólogos devem trabalhar.

⁶⁶ As obras completas de Freud, por exemplo, até bem recentemente eram traduções da versão em inglês. Apenas recentemente foram editadas traduções diretas do alemão.

muito material, porém a maioria do material disponível ainda está sob direitos autorais, o que torna o acesso a textos raros muito caro (ou ilegal).

Considerando todas estas dificuldades ainda temos o fato de que ser um pesquisador envolvido em uma pesquisa teórica, sem uma utilidade direta e capitalizável é em si uma impertinência contra as forças que nos impelem à produzir pesquisas passíveis de capitalização.

Então, mais uma vez, retorno à ocupação da psicologia. O que quero dizer com ocupar? Ocupar a psicologia é retomar para si a prática política, resistir à mercantilização do saber psicológico, resistir às exigências cada vez mais absurdas do mercado que coloca os psicólogos no lugar de legitimar a indignidade com que são tratados os trabalhadores, resistir à medicalização que patologiza e captura a vida em classificações nosológicas e receitas de psicofármacos, resistir aos atentados contra a dignidade humana em escolas, empresas, hospitais (psiquiátricos ou não) e no espaço público, resistir à produção de vidas descartáveis, resistir à crescente criminalização dos movimentos sociais, e, como não poderia deixar de ser dada a natureza deste trabalho, resistir ao esquecimento.

Quando coloco que devemos resistir ao esquecimento, evoco a necessidade de nos voltarmos mais atentamente à psicologia de Wundt e pensar nos motivos pelos quais ele foi esquecido em sua produção teórica, sendo lembrado pelos manuais a partir de uma visão caricatural que por vezes o descreve como ranzinza (WERTHEIMER, 1972), adepto da introspecção clássica (MARX e HILLIX, 1995) ou até mesmo como uma “(...) dona de casa cuidadosa, acompanhando com a vassoura uma ciência em expansão que não havia aprendido — e ainda não aprendeu — a ser bem limpa (...)” (HEIDBREder, 1981, p. 89).

Várias hipóteses foram levantadas para explicar este esquecimento e as principais dizem respeito à complexidade de seus textos (ARAÚJO, 2010), à pouca quantidade de traduções disponíveis (DANZIGER, 1980; ARAÚJO, 2010a, 2010b) às diferenças entre as tradições filosóficas de língua alemã e inglesa (DANZIGER, 1980a, 1980b) e também pelo fato de que apesar de ter formado vários psicólogos, os mesmos não deram continuidade ao seu sistema psicológico como um todo, mas apenas ao seu método de observação experimental. Para Araújo (2010b, p. 13), o

sistema de Wundt como um todo não foi nem discutido nem refutado pelos psicólogos do século XX, mas simplesmente abandonado e esquecido.

Além dos motivos expostos acima, que me parecem explicar suficientemente o esquecimento de Wundt durante boa parte do século XX, poderia lançar a hipótese de que as suas ideias não foram levadas adiante também em função do fato de que seu sistema, apesar de ser tributário da tradição filosófica alemã, está na contracorrente da ciência do século XX.

Como dito anteriormente, colocar a vontade e a criação como princípios organizadores da causalidade psíquica, afirmar um conceito de mente que recuse o monismo materialista e ainda, colocar a experiência subjetiva como território do saber psicológico contraria frontalmente a ciência de sua época.

Neste momento em que a psicologia está sendo cada vez mais tomada por tendências materialistas e reducionistas, faz-se necessário que nos voltemos à experiência subjetiva, o que não quer dizer uma volta ao método de experimentação wundtiana. Devemos lembrar que a experiência subjetiva individual é apenas parte do objeto da psicologia, de forma que o estudo da experiência subjetiva humana é parte de uma coletividade, de uma construção sócio-histórica.

Então retomar os problemas que Wundt discutia implica pensar os fundamentos da psicologia não apenas no que diz respeito aos processos cognitivos mais básicos, mas também à dimensão cultural humana produtora de subjetividades.

Este trabalho discorreu apenas sobre alguns aspectos limitados da teoria de Wundt e teve como pretensão dar apenas um pequeno passo na direção que aponto aqui. Serão precisos muitos outros trabalhos que visem à ocupação desta dimensão teórica da psicologia, mas esta foi a minha maneira de entrar nesta discussão que, devo dizer, já está sendo feita e não apenas a partir de Wundt, mas de outros psicólogos do final do século XIX e início do século XX como Fechner, James e Dilthey, para citar apenas alguns exemplos.

No Brasil, a discussão ainda é restrita a poucos grupos de pesquisa e pesquisadores “individuais”, que, aliás, têm produzido inúmeros trabalhos que vão na contracorrente dos clássicos manuais de psicologia e cada vez mais vêm tomado

espaço na produção acadêmica brasileira de forma que me levam a acreditar que a ocupação já está em curso e é irreversível. Mas ainda há muito a ser feito, há muito a ser traduzido e há muito a ser debatido.

Outro aspecto desta dissertação de mestrado que gostaria de desenvolver a partir daqui é relativo ao pensar história como palimpsesto. Confesso que ainda agora, no fim do mestrado, me encontro às voltas com essa noção de história que proponho⁶⁷. Gostaria de continuar pensando este fazer história, gostaria de pensar sua metodologia. Ainda sei pouco sobre o que seria este fazer da história como palimpsesto, este fazer história desprovido de caráter servil, por fim, este fazer história que possa ser aliado à vida.

Esta história que proponho ainda está em caráter embrionário, mas é parte fundamental da impertinência de ocupar a história da psicologia. Então, se não for demais, proponho ao leitor que tome as questões aqui propostas como um convite à impertinência.

⁶⁷ Até agora não encontrei referências de outros autores para pensar a história desta maneira de forma que a considerarei “minha” até que descubra de onde veio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Saulo de Freitas. A Obra Inicial de Wundt: Um Capítulo Esquecido na Historiografia da Psicologia. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v.15, n. 2, p. 63-76, jul./dez. 2003.

_____. Actualidad de la posición de Wilhelm Wundt respecto al problema mente-cuerpo. **Persona (Lima)**, Lima, n. 10, 2007.

_____. Uma visão panorâmica da psicologia científica de Wilhelm Wundt. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 7, n. 2, Jun 2009.

_____. Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. **Temas em Psicologia**. V. 17, no 1, 9-14. 2009.

_____. **O Projeto de uma Psicologia Científica em Wilhelm Wundt: Uma Nova Interpretação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

BORING, E. **A History of Experimental Psychology**. 2 ed. New York: Appleton-Century-Crofts, 1950.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. Em: Coleção os Pensadores: Comte. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DANZIGER, Kurt. The history of introspection reconsidered. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, 16, p. 241-262, 1980.

_____. Wundt and The Two Traditions of Psychology. **Wilhelm Wundt And The Making of Making of Scientific Psychology**. New York: Plenum. 1980.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Em: Coleção Os Pensadores: Descartes. São Paulo, Nova Cultural, 2000.

_____. **Meditações Metafísicas**. Em: Coleção Os Pensadores: Descartes. São Paulo, Nova Cultural, 2000.

DESPRET, Vinciane. O que as ciências da etologia e da primatologia nos ensinam sobre as práticas científicas? **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922011000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 11 de maio de 2012.

_____. Os Dispositivos Experimentais. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 11 de maio de 2012.

ECO, Umberto. **Borges e a Minha Angústia da Influência**. Em: Ensaio Sobre a Literatura. Rio de Janeiro: Record, 2003

FIGUEIREDO, L. C., SANTI, P.L.R. **Psicologia: uma (nova) Introdução**. 2ª Ed., São Paulo: Educ, 2000

GENETTE, G. **Palimpsestos: a literatura de segunda mão**. Trad. Luciene Guimarães e Maria A. R. Coutinho. Belo Horizonte: UFMG, 2006

HEIDBREDER, Edna. **Psicologia do século XX**. 5. ed. São Paulo. Mestre Jou, 1981.

JUDD, Charles H. **Radical Empiricism and Wundt's Philosophy**. The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods, Vol. 2, No. 7. 1905. P. 169-176.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbeinkian, 2001.

KOYRÉ, A. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.

LAGACHE, D. **A Unidade da Psicologia**. Lisboa: Edições 70, 1949.

MARX, M. & HILLIX, W. **Sistemas e teorias em psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MASCITELLI, Nicolle. **O Problema Mente e Corpo em Wilhelm Wundt e William James**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MORAES, M.. **O Gestaltismo e o Retorno à Experiência Psicológica**. Em: Vilela, A. M. J., Ferreira, A. A. L. e Portugal, F. T. (orgs.) *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2006.

NIETZSCHE, F. **Considerações Extemporâneas**. Em: Coleção Os Pensadores: Nietzsche (Volume 2). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PESSOA, F.. **Poesia Completa de Alberto Caeiro**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

RIEBER, R.W.; SALZINGER, K. **Psychology: Theoretical-Historical Perspectives**. 2 Ed. Washington D.C.: American Psychological Association, 1998.

RIEBER, R.W. **Wilhelm Wundt and the Making of a Scientific Psychology**. New York: Columbia University, 1980.

TILQUIN, A. **Le Behaviorisme**. Paris: Vrin, 1950.

VIDAL, F. **Lês Sciences de L'âme – XVI – XVIII Siècle**. Paris: Honoré Champion, 2006.

WOZNIAK, R. H., **Clássicos em Psicologia 1855-1914: Ensaio Históricos**. Bristol: Imprensa Thoemmes. 1999.

WUNDT, Wilhelm. **An Introduction to Psychology**. New York, Arno Press. 1911.

_____. **Compendio de Psicología**. Madrid, La España Moderna. 1896.

_____. **Compendio di Psicologia** (traduzione sulla 3ª ed. Tedesca di Luigi Agliardi). Torino: C. Clausen. 1900.

_____. **Outlines of Psychology (2nd rev. ed.)**. Leipzig: Wilhelm Engelmann. 1897.

WERTHEIMER, M. **Pequena história da psicologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1972